



**Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Consolidado e Individual**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
Av. Barão de Itapura, 950 - 6º
13020-431 - Campinas, SP - Brasil
Caixa Postal 737
13012-970 - Campinas, SP - Brasil

Central Tel 55 (19) 2129-8700
Fax 55 (19) 2129-8728
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Uberlândia – MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Algar S.A. Empreendimentos e Participações (“Companhia”), identificadas como Individual e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Algar S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Algar S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso Algar S.A. Empreendimentos e Participações essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

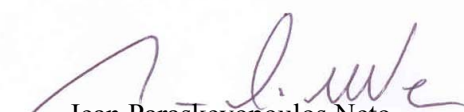
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 2 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC 1SP193052/O-0

Algar S.A. Empreendimentos e Participações Consolidado e Individual

Balances patrimoniais

em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Individual	
		2012	2011 (Reclassificado)	2012	2011 (Reclassificado)
Ativo	-				
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	576.669	496.165	20.561	23.348
Aplicações financeiras		19.845	50.515	-	-
Contas a receber	5	444.233	369.671	5.747	4.632
Estoques	6	610.804	436.813	-	-
Ativos biológicos	7	14.745	25.177	-	-
Tributos a recuperar	8	56.597	57.300	5.066	4.312
Imposto de renda e contribuição social a compensar		12.498	12.600	-	148
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		-	-	35.710	36.858
Despesas antecipadas		15.615	14.130	84	-
Outros créditos		60.475	29.271	4.049	2.155
Total do ativo circulante		1.811.481	1.491.642	71.217	71.453
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos a receber		12.374	-	-	-
Tributos a recuperar	8	37.337	32.815	-	-
Depósitos judiciais	19	16.580	9.442	-	-
Outros créditos		13.230	5.874	7.412	4.496
		79.521	48.131	7.412	4.496
Investimentos	10	12.931	13.320	1.136.612	1.053.461
Ativos biológicos	7	10.337	8.053	-	-
Intangível	11	375.175	355.709	93.753	92.798
Imobilizado	12	2.095.572	1.866.000	13.481	14.462
Total do ativo não circulante		2.573.536	2.291.213	1.251.258	1.165.217
Total do ativo		4.385.017	3.782.855	1.322.475	1.236.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar S.A. Empreendimentos e Participações

Consolidado e Individual

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Individual	
		2012	2011 (Reclassificado)	2012	2011 (Reclassificado)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	944.562	742.941	4.207	2.675
Debêntures	15	12.671	84.520	-	-
Contratos Rio Quente Vacation Club - (RQVC)	21	14.394	13.908	-	-
Fornecedores	14	211.740	163.892	6.522	1.037
Impostos taxas e contribuições	16	81.590	56.426	815	411
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9a	10.277	631	-	-
Tributos parcelados	18	7.881	13.059	696	1.416
Salários, provisões e encargos sociais	17	150.333	141.582	7.163	5.830
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20e	60.115	64.619	46.948	57.612
Adiantamento de clientes		47.694	17.377	218	-
Adiantamento de dividendos		-	-	19.789	22.768
Valores a restituir aos acionistas	20b	9.906	-	-	-
Obrigações por aquisição de participação em controladas		8.883	9.582	8.883	9.582
Outras obrigações		86.826	77.999	2.891	5.444
Total do passivo circulante		1.646.872	1.386.536	98.132	106.775
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	832.626	755.449	13.168	16.965
Debêntures	15	293.610	142.857	-	-
Contratos Rio Quente Vacation Club - (RQVC)	21	55.668	43.739	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	109.394	84.832	12.965	12.965
Tributos parcelados	18	18.403	31.866	-	663
Concessão e autorização de serviços de telecomunicações		-	24.530	-	-
Provisões	19	143.628	134.856	20.359	20.436
Outras obrigações		17.011	32.731	4.299	20.535
Total do passivo não circulante		1.470.340	1.250.860	50.791	71.564
Patrimônio líquido					
Capital social	20	758.060	625.412	758.060	625.412
Reserva de lucros		141.532	158.001	141.532	158.001
Reserva de reavaliação		17.917	18.157	17.917	18.157
Ajuste de avaliação patrimonial		256.043	256.761	256.043	256.761
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.173.552	1.058.331	1.173.552	1.058.331
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores		94.253	87.128	-	-
Total do patrimônio líquido		1.267.805	1.145.459	1.173.552	1.058.331
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.385.017	3.782.855	1.322.475	1.236.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar S.A. Empreendimentos e Participações Consolidado e Individual

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto o lucro básico e diluído por ação, expresso em reais)

	Nota	Consolidado		Individual	
		2012	2011	2012	2011
Receita de vendas de produtos, mercadorias e serviços prestados	24	3.719.894	3.051.106	-	-
Custos dos produtos, mercadorias e serviços prestados	25	(2.481.872)	(2.145.406)	-	-
Lucro bruto		1.238.022	905.700	-	-
Receita (despesas) operacionais:					
Despesas com vendas	26	(373.739)	(345.584)	-	-
Despesas gerais e administrativas	27	(244.881)	(197.571)	(2.052)	(1.085)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	3.024	9.310	(68)	1.226
Equivalência patrimonial	10	-	-	157.269	180.294
Resultado operacional antes do resultado financeiro		622.426	371.855	155.149	180.435
Receitas financeiras	28	500.243	358.647	1.590	5.714
Despesas financeiras	28	(874.934)	(488.181)	(3.795)	(9.039)
Resultado antes da contribuição social, do imposto de renda		247.735	242.321	152.944	177.110
Contribuição social	9c	(21.278)	(11.414)	(7)	928
Imposto de renda	9c	(55.563)	(30.606)	(12)	2.577
Resultado líquido do exercício		170.894	200.301	152.925	180.615
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores		(17.969)	(19.686)	-	-
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores		152.925	180.615	152.925	180.615
Quantidade de ações ON				50.681.367	50.681.367
Quantidade de ações PN				682	682
Resultado básico e diluído por ação ON (em R\$)				3,02	3,56
Resultado básico e diluído por ação PN (em R\$)				3,02	3,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar S.A. Empreendimentos e Participações Consolidado e Individual

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Resultado do exercício	170.894	200.301	152.925	180.615
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>170.894</u>	<u>200.301</u>	<u>152.925</u>	<u>180.615</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	152.925	180.615	-	-
Acionistas não controladores	17.969	19.686	-	-
Resultado abrangente total	<u>170.894</u>	<u>200.301</u>	<u>152.925</u>	<u>180.615</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar S.A. Empreendimentos e Participações - Consolidado e Individual

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado								
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	465.025	18.466	160.387	14.806	263.634	-	922.318	81.129	1.003.447
Realização de reserva de reavaliação	-	(309)	-	-	-	309	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(6.873)	6.873	-	-	-
Aumento de capital	160.387	-	(160.387)	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	9.390	-	(9.390)	-	-	-
Aquisição de participações minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	(13.687)	(13.687)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(44.602)	(44.602)	-	(44.602)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	180.615	180.615	19.686	200.301
Retenção de lucros	-	-	133.805	-	-	(133.805)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	625.412	18.157	133.805	24.196	256.761	-	1.058.331	87.128	1.145.459
Realização de reserva de reavaliação	-	(240)	-	-	-	240	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(718)	718	-	-	-
Aumento de capital	132.648	-	(132.648)	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	7.694	-	(7.694)	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	(1.157)	-	-	-	(1.157)	-	(1.157)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(36.547)	(36.547)	(910)	(37.457)
Restituição de acionistas em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(9.934)	(9.934)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	152.925	152.925	17.969	170.894
Retenção de lucros	-	-	109.642	-	-	(109.642)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	758.060	17.917	109.642	31.890	256.043	-	1.173.552	94.253	1.267.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar S.A. Empreendimentos e Participações - Consolidado e Individual

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Individual						Total
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
			Reserva de retenção de lucros	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	465.025	18.466	160.387	14.806	263.634	-	922.318
Realização de reserva de reavaliação	-	(309)	-	-	-	309	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(6.873)	6.873	-
Aumento de capital	160.387	-	(160.387)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	9.390	-	(9.390)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(44.602)	(44.602)
Restituição de acionistas em controladas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	180.615	180.615
Retenção de lucros	-	-	133.805	-	-	(133.805)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	625.412	18.157	133.805	24.196	256.761	-	1.058.331
Realização de reserva de reavaliação	-	(240)	-	-	-	240	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(718)	718	-
Aumento de capital	132.648	-	(132.648)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	7.694	-	(7.694)	-
Dividendos adicionais	-	-	(1.157)	-	-	-	(1.157)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(36.547)	(36.547)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	152.925	152.925
Retenção de lucros	-	-	109.642	-	-	(109.642)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	758.060	17.917	109.642	31.890	256.043	-	1.173.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar S.A. Empreendimentos e Participações

Consolidado e Individual

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	247.735	242.321	152.944	177.110
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	182.397	161.774	105	361
Equivalência patrimonial	-	-	(157.269)	(180.294)
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	(8.177)	14.707	(15)	363
Perdas com derivativos	(31.258)	(14.767)	-	-
Atualização do estoque de <i>commodities</i>	(101.965)	54.326	-	-
Encargos financeiros	235.092	238.384	2.206	5.270
Provisão para redução ao valor recuperável	28.172	19.078	-	-
Valor justo dos ativos biológicos	(2.168)	(532)	-	-
Constituição de provisão	18.924	31.277	-	(466)
	568.752	746.568	(2.029)	2.344
Variações nos ativos e passivos				
Redução em aplicações de curto prazo	30.670	-	-	-
Aumento em contas a receber	(102.091)	(72.561)	(1.115)	(869)
Aumento em estoques	(83.444)	(19.581)	-	-
Redução (aumento) em ativos biológicos	8.626	(834)	-	-
Aumento em impostos a recuperar circulantes e não circulantes	(3.716)	(11.865)	(606)	(1.295)
Aumento em depósitos judiciais	(7.138)	(10.606)	(133)	(226)
(Aumento) redução em outros ativos circulantes e não circulantes	(21.751)	(7.000)	1.929	2.494
Aumento em fornecedores	47.848	3.218	5.486	275
Aumento em salários, provisões e encargos	8.751	21.434	1.334	895
Aumento (redução) em obrigações fiscais	31.085	(16.257)	(916)	(5.754)
Aumento (redução) em outros passivos circulantes e não circulantes	67.096	(62.151)	(10.090)	8.225
Imposto de renda e contribuição social pagos	(47.189)	(50.219)	-	(148)
	(71.253)	(226.422)	(4.111)	3.597
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerado (aplicados) pelas atividades operacionais	497.499	520.146	(6.140)	5.941
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos imobiliários	-	-	-	(10.177)
Em ativo imobilizado e intangível	(439.613)	(489.144)	(1.069)	(2.912)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	61.829	58.505
Caixa e equivalentes de caixa líquidos (aplicados) gerados nas atividades de investimentos	(439.613)	(489.144)	60.760	45.416
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Adição (amortização) de empréstimos - Principal e juros, líquido	95.723	152.669	(14.675)	(14.526)
Adição (amortização) de fornecedores de equipamentos - Principal e juros	(28.532)	18.082	-	-
Adição (amortização) de saldos com partes relacionadas	-	(1.198)	762	(4.213)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(44.573)	(34.100)	(43.494)	(31.988)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de financiamentos	22.618	135.453	(57.407)	(50.727)
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	80.504	166.987	(2.787)	630
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	496.165	329.178	23.348	22.718
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	576.669	496.165	20.561	23.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar S.A. Empreendimentos e Participações Consolidado e Individual

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	2012	2011
Receitas	4.364.486	3.678.731
Vendas de mercadorias e serviços	4.340.633	3.627.532
Outras receitas	51.540	70.277
Provisão para perda ao valor recuperável	(27.687)	(19.078)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui: ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(2.151.992)	(1.850.839)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.746.337)	(1.457.815)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(405.655)	(393.024)
Valor adicionado bruto	2.212.494	1.827.892
Depreciação e amortização	(182.397)	(161.774)
Valor adicionado líquido pela entidade	2.030.097	1.666.118
Valor adicionado recebido em transferência	500.243	358.647
Receitas financeiras	500.243	358.647
Valor adicionado total a distribuir	2.530.340	2.024.765
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	771.526	623.905
Impostos, taxas e contribuições	704.097	646.273
Juros	835.409	488.181
Aluguéis	48.414	66.105
Dividendos e juros sobre capital próprio	36.547	44.602
Resultado líquido do exercício	134.348	155.699
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	(17.969)	(19.686)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Algar S.A. Empreendimentos e participações (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, é controladora do Grupo Algar, um grupo empresarial empreendedor que atua nos setores de TI/Telecom, Agro, Serviços e Turismo, oferecendo soluções que garantam valor para todos de maneira simples, sustentável, inovadora; valorizando relacionamentos e o potencial humano.

O principal objetivo da Companhia é a participação em outras sociedades, controlando, direta ou indiretamente, empresas que atuam nos setores de TI/Telecom, Agronegócios, Serviços e Turismo.

A Companhia é controlada pela Árvore S.A. Empreendimentos e Participações (“Árvore S.A.”), uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

O contexto operacional das principais empresas controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto, é resumido a seguir:

Empresas controladas

a. Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (“CTBC Telecom”)

Com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, é uma sociedade por ações de capital aberto. Suas principais atividades compreendem a prestação de serviços de telefonia fixa e comunicação de dados, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A CTBC Telecom é a *holding* operacional do segmento de TI/Telecom do Grupo Algar, cujas operações, incluindo as exercidas por suas controladas, abrangem a prestação de serviços de telefonia celular, telecomunicações e multimídia, *Contact Center*, *Business Process Outsourcing* (“BPO”), TI e consultoria especializada. Abrangem ainda serviços gráficos, edição de jornais e listas telefônicas, TV a Cabo, serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio, por assinatura, via satélite (“DTH”), comunicação de dados, internet em banda larga, *data Center*, engenharia de telecomunicações e outros relacionados com as atividades de telecomunicações.

O contexto operacional das principais controladas da CTBC Telecom, todas sediadas em Uberlândia, é detalhado a seguir:

- **CTBC Celular S.A. (“CTBC Celular”)** - A sociedade é prestadora de Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) compreendendo grande parte da região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul. Explora o serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio, por assinatura, via satélite (DTH) por tempo indeterminado, autorizado pela ANATEL e está autorizada a oferecer serviços SMP na modalidade 3G em mais de 230 cidades do Estado de Minas Gerais, conforme licença para exploração da Banda H.
- **Algar Tecnologia e Consultoria S.A. (“Algar Tecnologia”)** - presta serviços de *Contact Center*, *BPO (Business Process Outsourcing)*, suporte técnico de informática à distância,

desenvolvimento, implantação, operacionalização e gerência de aplicativos e programas, soluções de conectividade, para acesso, armazenamento e recuperação de dados, representação comercial, treinamento em tecnologia da informação, promoção de importação e locação de equipamentos e acessórios ligados às atividades acima, dentre outros serviços integrados de relacionamento entre clientes e os seus consumidores.

- **CTBC Multimídia Data Net S.A. (“CTBC Multimídia”)** - provedora de serviços de rede privada de telecomunicações SCM (serviço de comutação multimídia), presta serviços de comunicação convergente em banda larga e acesso à internet e oferece serviços de *co-location* e *hosting*.
- **Engeset - Engenharia e Serviços de Telecomunicações S.A. (“Engeset”)** – As suas operações compreendem a construção civil e a assessoria e prestação de serviços em projetos de engenharia.
- **Image Telecom TV Vídeo Cabo Ltda. (“Image”)** - exerce atividade de distribuição de sinais de TV por assinatura e serviços de acesso à internet, através de sua rede de cabos nas cidades de Uberlândia e Araguari.
- **Algar Mídia S.A. (“Algar Mídia”)** – anteriormente denominada S.A Brasileira de Empreendimentos – SABE, - o seu objeto social é composto por atividades de prestação de serviços gráficos encomendados, edição de jornais, listas e guias telefônicas, periódicos, revistas e livros.

Concessões e Autorizações

Os serviços ofertados pela controlada CTBC Telecom, bem como as tarifas cobradas são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. Neste contexto, a controlada CTBC Telecom e suas subsidiárias possuem as seguintes concessões e autorizações:

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
CTBC Telecom	Concessão para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”)	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul	31/12/2025
CTBC Telecom	Autorização para prestação de serviços, STFC, longa distância nacional e internacional	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
CTBC Celular	Autorizações, adaptadas em Termos de Autorização do Serviço Móvel Pessoal “SMP”	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul	21/01/2023
CTBC	Autorização para prestação de	Região do Triângulo Mineiro e	28/04/2023,

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
Celular	serviços de telefonia com a tecnologia 3G (“terceira geração”), nas frequências em 1.900 Mhz e 2.100 Mhz	algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul	renováveis por mais 15 anos
CTBC Celular	Autorização para exploração do serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio, por assinatura, via satélite (DTH)	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
CTBC Celular	Autorização para prestação de serviços de telefonia com a tecnologia 3G, na frequência 1.800 Mhz, denominado Banda H	Estado de Minas Gerais, em cidades com códigos de área 34, 35 e 37.	28/04/2023 renováveis por mais 15 anos
CTBC Multimídia	Autorização para prestação de serviço de comunicação de multimídia	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
Image	Concessão de serviço de TV a cabo e adaptação ao Serviço de Acesso Condicionado	Cidades de Uberlândia e Araguari, ambas em Minas Gerais	Indeterminado

b. Algar Agroalimentar S.A. Empreendimentos e Participações (“Algar Agro”)

Com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, atua como *holding* do segmento de agronegócios do Grupo Algar e tem por objeto social participar em outras sociedades como sócia ou acionista e a administração de bens. O contexto operacional das controladas da Algar Agro é descrito a seguir:

- **ABC Indústria e Comércio S.A. (“ABC Inco”)** – é uma companhia brasileira de capital fechado que atua no mercado de soja desde 1978 domiciliada no Brasil, com sede à avenida José Andraus Gassani nº 2.464, Distrito Industrial, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Além da produção, do processamento e da comercialização de soja nos mercados interno e externo, tem como produtos-âncora, de fabricação própria, o óleo de soja ABC de Minas, líder de vendas no estado de Minas Gerais, e o farelo de soja RaçaFort. O *mix* de produtos alimentícios voltado ao varejo também contempla azeite de oliva, óleo composto, extrato e molho de tomate, todos da marca ABC de Minas. Em menor escala, atua nos segmentos de agricultura (plântio de soja e milho), e pecuária (corte e leite).

Com capacidade de esmagamento de 585 mil toneladas de soja por ano em Minas Gerais e 487 mil toneladas no Maranhão, a Algar Agro se evidencia como um dos mais significativos parques industriais de armazenamento e processamento de soja nos estados de Minas Gerais e do Maranhão. A exportação de farelo e soja em grãos é atualmente destinada para países como Espanha, Holanda, França e Alemanha.

Em continuidade aos investimentos efetuados no nordeste do país, a Companhia inaugurou, no mês de junho de 2012 a planta de refino e envase de óleo de soja na cidade de Porto Franco, estado do Maranhão, com capacidade de envase de 5,5(1) milhões de caixas (16,56 litros cada) por ano. Igualmente equipada com tecnologia de ponta, a Unidade Porto Franco, no Maranhão,

possui localização favorável com convergência de modais rodoviários para ferroviários interligados ao terminal de Itaqui. Esta localização viabiliza a compra da soja produzida no MAPITOPA, região que abrange os Estados de Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará e Nordeste do Estado do Mato Grosso e é considerada uma nova fronteira agrícola do País, e também o escoamento de produtos direcionados ao mercado externo.

- **ABC Agricultura e Pecuária S.A. (“ABC A&P”)** - composta por um conjunto de fazendas localizadas nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Tem foco no plantio de grãos (entre eles soja, milho, feijão e outros) e criação de gado bovino de corte e leiteiro.
- **INCO GRAIN, LTD. (“INCO GRAIN”)** - Complementa as operações da ABC Inco, fomentando as operações de compra e venda no mercado externo dos produtos do complexo de soja e farelo. Está localizada nas Ilhas Virgens Britânicas.

c. Empresas controladas em conjunto

- **Rio Quente Empreendimentos e Participações S.A. (“RQ Empar”)** - tem como principal atividade a exploração do parque aquático do complexo turístico-hoteleiro Rio Quente Resorts. A RQ Empar é controladora da Companhia Thermas do Rio Quente (“CTRQ”), Vale do Rio Quente Agência de Viagens e Turismo Ltda. (“Valetur”) e Rio Quente Mineração Ltda. (“RQM”).
- **Rio Quente Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“RQEI”)** - atua no ramo imobiliário, com promoção, incorporação, compra e venda de imóveis em geral.

d. Outras Empresas

A Companhia também controla a Algar Aviation Taxi Aéreo S.A. (“Algar Aviation”) que tem por objeto a exploração de serviços de táxi aéreo, bem como o comércio de aeronave e seus componentes; a Space Tecnologia em Serviços Ltda. (“Space Tecnologia”) e a Space Vigilância Ltda. (“Space Vigilância”) que tem por objeto a exploração de prestação de assessoria técnica e logística no ramo de engenharia civil, infra-estrutura de telecomunicações, em sistemas de segurança, serviços de vigilância patrimonial de instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, e a segurança de pessoas físicas; a Space Empreendimentos e Participações Ltda. (“Space Empreendimentos”) que tem por objetivo a administração de imóveis; a Algar Universidade de Negócios Ltda (“Unialgar”), que tem por objeto promover o aprimoramento profissional para os associados do Grupo Algar e disseminar o conhecimento para as empresas da cadeia de negócios do Grupo Algar e de outras sociedades de mercado em geral; a ABC Agropecuária Brasil Norte S.A. (“ABC Norte”) que tem por objeto a exploração da atividade agropecuária em geral; e participa na Companhia de Administração de Terminais Urbanos e Centros Comerciais (“Comtec”) que tem por objeto a administração de terminais urbanos, comercialização de passagens de transportes, bem como a administração de centros comerciais

Eventos societários ocorridos em 2012 e 2011

a. Incorporação e cisão de sociedades

Em 2 de abril de 2011, a controlada indireta Sabe Participações foi incorporada por sua controlada direta Algar Mídia, controlada indireta da CTBC Telecom. Com essa operação a

Algar Mídia passou à condição de controlada direta da Companhia, que detém 99,97% da totalidade das ações constitutivas do seu capital social.

Em 1º de outubro de 2012 a controlada indireta Algar Tecnologia e a controlada indireta Synos passaram por um processo de unificação da atividade de TI (Tecnologia da informação) em única sociedade, mediante cisão dessa atividade da Algar Tecnologia, cujo acervo patrimonial cindido foi incorporado pela Synos, conforme aprovado por Assembleia Geral Extraordinária.

A operação resultou no aumento de capital da Synos, no valor de R\$ 38.212, correspondente à parcela incorporada representativa da atividade de TI absorvida, transferida da Algar Tecnologia. As participações societárias percentuais nas sociedades cindida e incorporadora permaneceram as mesmas conforme composição do capital configurada anteriormente a essa operação.

b. *Capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC*

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 16 de setembro de 2011, foi ratificado o aumento do capital social da controlada indireta CTBC Celular, mediante capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) aportado pela controlada CTBC Telecom, no valor de R\$ 72.500, e integralização de R\$ 10.177 pela Companhia e de R\$ 3.192 por outros acionistas, correspondendo a 387.867, 54.369 e 17.151 ações nominativas sem valor nominal, respectivamente. Dessa forma, o capital social da controlada indireta CTBC Celular teve um aumento de R\$ 85.869, com emissão de 459.387 novas ações, sendo 249.715 ações ordinárias e 209.672 ações preferenciais.

c. *Grupamento de ações em controladas*

Em 8 de Outubro de 2012, as Assembleias Gerais Extraordinárias, convocadas para esta finalidade, aprovaram os grupamentos das ações constitutivas dos capitais sociais das controladas indiretas CTBC Celular e CTBC Multimídia. O grupamento na CTBC Celular foi realizado na proporção de 20/1, ou seja, 20 (vinte) ações para 1 (uma) ação e na CTBC Multimídia o grupamento foi de 150/1, significando 150 (cento e cinquenta) ações para 1 (uma) ação.

O prazo legal garantido aos acionistas para integralização complementar de capital, visando à transformação da fração de ação apurada no processo de grupamento em ação inteira, foi de 30 (trinta) dias a contar da publicação das atas das assembleias que deliberaram sobre o assunto.

As frações de ações subsistentes foram convertidas em valor com base no valor patrimonial da ação de 30 de setembro de 2012 das respectivas controladas indiretas e contabilizado no passivo circulante como valores a restituir aos acionistas, em contrapartida da conta contábil reserva de retenção de lucros, no patrimônio líquido. O valor total a restituir, à disposição dos acionistas é R\$ 9.934, sendo R\$ 3.536 apurados pela CTBC Celular e R\$ 6.398 apurados pela Multimídia.

2 Bases de preparação

a. *Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)*

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de

Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”); e

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. Contudo essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Algar S.A. e o patrimônio líquido e resultado em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Algar S.A. e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais foi autorizada pela Administração em 2 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que

apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa 6 - Estoques
 Nota Explicativa 12 - Imobilizado
 Nota Explicativa 19 – Provisões e depósitos judiciais
 Nota Explicativa 30 - Instrumentos financeiros

A liquidação das transações envolvendo as estimativas apresentadas nas notas explicativas elencadas acima, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em virtude de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa 5 - Contas a receber e provisão para redução ao valor recuperável
 Nota Explicativa 6 - Estoques
 Nota Explicativa 9 - Imposto de renda e contribuição social
 Nota Explicativa 12 - Imobilizado
 Nota Explicativa 19 - Provisões e depósitos judiciais
 Nota Explicativa 30 - Instrumentos financeiros

e. Reclassificações contábeis reportáveis

Para fins de apresentação das informações contábeis individuais e consolidadas, em bases comparativas com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, foram efetuadas reclassificações de certas rubricas contábeis das demonstrações financeiras originalmente divulgadas em 31 de dezembro de 2011.

	<u>Nota</u>	2011			2011		
		Consolidado			Individual		
		Saldo originalmente apresentado	Valor reclassificado	Saldo após reclassificação	Saldo originalmente apresentado	Valor reclassificado	Saldo após reclassificação
Ativo							
Circulante		1.494.741	(3.099)	1.491.642	71.453	-	71.453
Não circulante	i, ii	2.510.659	(219.446)	2.291.213	1.171.129	(5.912)	1.165.217
Total do ativo		4.005.400	(222.545)	3.782.855	1.242.582	(5.912)	1.236.670
Passivo							
Circulante	iii	1.375.948	10.588	1.386.536	106.775	-	106.775
Não circulante	i, ii	1.470.306	(219.446)	1.250.860	77.476	(5.912)	71.564
Patrimônio líquido	iii	1.159.146	(13.687)	1.145.459	1.058.331	-	1.058.331
Total do passivo e patrimônio líquido		4.005.400	(222.545)	3.782.855	1.242.582	(5.912)	1.236.670

i. Depósitos judiciais e provisões

Os saldos das provisões no passivo não circulante estão apresentados pelo valor líquido, com a dedução dos depósitos judiciais correspondentes a esses passivos. Em 31 de dezembro de 2011 o valor originalmente apresentado consolidado pela Companhia no saldo das provisões foi R\$ 224.507, sendo os valores de depósitos judiciais deduzidos de R\$ 108.096.

ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos estão apresentados pelo valor líquido, em virtude da aplicabilidade da compensação prevista no CPC 32, parágrafo 74. Os saldos dos tributos diferidos passivos de 31 de dezembro de 2011 registrados no não circulante foram reclassificados pela Companhia, contra os valores ativos, no montante consolidado de R\$ 114.449.

iii. Participação dos acionistas não controladores

Reclassificação de acionistas não controladores em função da aquisição de ações pela Companhia no montante de R\$ 13.687.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas, nos dois exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Bases de consolidação

a.1 Controladas

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixe de existir. Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das demonstrações contábeis é feita proporcionalmente ao percentual de participação.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são utilizadas as demonstrações financeiras individuais das controladas e das controladas em conjunto na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

a.2 Principais procedimentos de consolidação

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados das empresas incluídas na consolidação, efetuando-se a eliminação (i) dos saldos das contas de ativos e passivos resultantes de transações entre as empresas consolidadas; (ii) das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e controladas em conjunto; e (iii) dos saldos de receitas e de despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não

realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado são destacadas em rubrica própria nas demonstrações financeiras.

a.3 Companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	2012			2011		
	% de participação no capital			% de participação no capital		
	Direta	Indireta		Direta	Indireta	
	total	Votante	Calculada	total	Votante	Calculada
Setor TI/Telecom:						
CTBC Telecom	90,21	97,03	-	90,21	97,03	-
CTBC Celular	7,41	-	83,57	7,41	-	83,57
CTBC Multimídia	-	-	81,50	-	-	81,50
Engeset	-	-	90,21	-	-	90,21
Algar Tecnologia	-	-	90,21	-	-	90,21
Synos	-	-	90,21	-	-	90,21
Image	-	-	90,21	-	-	90,21
Algar Mídia	-	-	90,18	-	-	90,18
Setor de Agronegócios:						
ABC Norte	77,04	98,98	-	77,04	98,98	-
Algar Agro	100	100	-	100	100	-
ABC Inco	24,89	24,89	75,11	24,89	24,89	75,11
ABC A&P	-	-	100	-	-	100
Setor de Serviços e Turismo						
Algar Aviation	99,93	99,93	-	99,93	99,93	-
Space Tecnologia	100	100	-	100	100	-
Space Vigilância	-	-	100	-	-	100
Space Empreendimentos	100	100	-	100	100	-
Controladas em conjunto:						
COMTEC	50	50	-	50	50	-
RQ Empar	50	50	-	50	50	-
RQEI	50	50	-	50	50	-

A seguir, apresentamos um sumário dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 das controladas em conjunto RQ Empar, RQEI e Comtec:

Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	RQ Empar		RQ EI		Comtec	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativo						
Ativo circulante	93.438	90.000	428	426	3.170	2.940
Ativo não circulante	477.564	453.577	802	5.924	2.776	1.625
Realizável a longo prazo	14.337	17.162	107	5.208	63	54
Investimento pelo custo	8.133	19.377	5	672	-	-
Investimentos pela equivalência patrimonial	-	-	652	-	-	-
Intangível	3.817	-	-	-	2.689	-
Propriedades para investimentos	11.245	-	-	-	-	-
Imobilizado	440.032	417.038	38	43	23	1.571
Ativo	<u>571.002</u>	<u>543.577</u>	<u>1.230</u>	<u>6.350</u>	<u>5.945</u>	<u>4.565</u>
Passivo						
Passivo circulante	107.838	87.760	1.027	1.090	2.510	1.225
Passivo não circulante	267.227	255.616	-	4.910	35	5
Patrimônio líquido dos não controladores	11.976	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido dos controladores	183.961	200.201	203	351	3.400	3.336
Passivo e patrimônio líquido	<u>571.002</u>	<u>543.577</u>	<u>1.230</u>	<u>6.350</u>	<u>5.945</u>	<u>4.565</u>

	RQ Empar		RQEI		Comtec	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Resultado						
Receita líquida de vendas de produtos, mercadorias e serviços prestados	207.710	176.129	-	-	10.670	9.951
Custos de produtos mercadorias e serviços prestados	(103.084)	(87.345)	(1)	(90)	(6.452)	(6.037)
Lucro bruto	104.626	88.784	(1)	(90)	4.218	3.915
Despesas, receitas operacionais e financeiras líquidas	(69.982)	(51.357)	(25)	(387)	(2.547)	(2.665)
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	34.644	37.427	(26)	(476)	1.671	1.249
Contribuição social e imposto de renda	(8.429)	(9.930)	(70)	(184)	(373)	(274)
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	(1.489)	(1.579)	-	-	-	-
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	<u>24.726</u>	<u>25.918</u>	<u>(96)</u>	<u>(660)</u>	<u>1.298</u>	<u>975</u>

b. Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa correspondente nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ganhos ou perdas com a conversão de moedas estrangeiras sobre itens monetários são a diferença entre o valor de custo amortizado na moeda funcional no início do exercício reportado, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o exercício, e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira convertido pela taxa correspondente ao final do exercício reportado.

Controlada no exterior - A controlada indireta Inco Grain localizada nas Ilhas Virgens Britânicas não possui autonomia ou corpo gerencial próprio, e por isso, é considerada como uma extensão das atividades da controladora. Seus ativos, passivos, receitas e despesas, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, na moeda funcional da controladora (Real).

Transações em moeda estrangeira - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax), vigente na data das demonstrações financeiras, sendo em 31 de dezembro de 2011: US\$ 1,00 = R\$ 1,8758 e 31 de dezembro de 2012: US\$ 1,00 = R\$ 2,0435.

Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são convertidos para a moeda funcional da Companhia e suas controladas na taxa correspondente ao fechamento do exercício que o valor justo foi determinado. Diferenças em moedas estrangeiras decorrentes da conversão são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e o encerramento do exercício são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c. Instrumentos financeiros

c.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal e a intenção de compensar os valores ou tem o direito legal e realizará o ativo e liquidará o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

c.2 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e toma a decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e suas controladas. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

c.3 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia e suas controladas têm a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, e são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Eventual venda ou reclassificação de valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a classificação de títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

c.4 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

c.5 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar.

c.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para se proteger de riscos relativos a moedas estrangeiras, a taxas de juros e a estoque de *commodities*.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizados no resultado.

c.7 Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado, na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes ou não, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação, que podem considerar premissas não observáveis.

Ativos circulantes e não circulantes

d. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

Também contemplam os saldos em conta movimento, saldos de caixa disponíveis no exterior referentes a recebimentos em trânsito relativos a contas a receber de transações no mercado externo, saldos de caixa disponíveis no exterior em contas de corretoras utilizados para margearmento de operações com derivativos, aplicações financeiras em moeda nacional e estrangeira, e saldo de caixa no exterior (Inco Grain). As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos e variação cambial apurados até a data do balanço, que não excede ao valor de mercado.

As disponibilidades no mercado externo em dólares norte-americanos (“US\$”) são convertidas para moeda nacional na data do balanço.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. Compreendem as vendas de serviços e produtos industrializados. Incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é a receita bruta, no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

f. Estoques

Os estoques de *commodities* (soja, milho, farelo de soja e óleo) da controlada Algar Agro estão avaliados pelos valores justos, apurado de acordo com a paridade exportação, considerando o prêmio no mercado interno e os custos de venda, são avaliados ao valor realizável líquido. Para mitigar os riscos de preços causados pelas oscilações do mercado, a controlada dispõe de uma política de uso de operações com futuros e opções para minimizar a exposição líquida de estoque de *commodities*. As alterações nos valores justos desses estoques são reconhecidas mensalmente no resultado financeiro. Essas *commodities* possuem liquidez e preços cotados em mercado ativo. Os valores justos são mensurados com base em preços cotados na Bolsa de Mercadorias de Chicago (CBOT). Adicionalmente aos preços referenciados em CBOT considera-se a diferença de preço pago para o mercado onde os ativos estão localizados (mercado local), este diferencial é denominado *Basis*.

Os adiantamentos concedidos a fornecedores de soja são realizados com base em contratos firmados com os produtores rurais onde são estabelecidas as condições de comercialização da soja. As modalidades operadas pela controlada compreendem: a) Compras antecipadas onde são estabelecidos os preços, as quantidades e a data para entrega da soja; b) Adiantamentos com preço a fixar, nos quais são estabelecidos os encargos contratuais, a quantidade a ser comercializada e as condições futuras do prazo para fixação e da entrega da soja.

Os adiantamentos concedidos são atualizados pela variação cambial (quando aplicável) e monetária até a data do balanço, conforme disposições contratuais, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável.

Ganhos e/ou perdas líquidos não realizados nos contratos de compras e vendas a termo, contratos de futuros e opções de *commodities*, representam os valores justos desses instrumentos financeiros e são classificados no balanço da Companhia como resultado financeiro.

Os demais estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou produção, acrescidos dos gastos relativos a transportes, armazenagem e tributos não recuperáveis. Os valores desses estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado.

A controlada Algar Agro e sua controlada ABC A&P efetuam análises periódicas junto a consultorias especializadas sobre os valores justos para os ativos biológicos. Quando existem evidências de ganho ou perda na variação dos valores justos, os valores são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram.

h. Investimentos

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas e em coligadas nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida, após a realização de ajustes para alinhar as políticas contábeis da investida com aquelas do Grupo, a partir da data em que a influência significativa começa a existir até a data em que a influência significativa deixa de existir. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma investida exceder sua participação acionária nessa entidade, o valor contábil do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, incluindo qualquer participação de longo prazo que faz parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é descontinuado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou tenha efetuado pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos

i. Imobilizado

i.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, da depreciação acumulada, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação destes ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a este ativo, até que o mesmo esteja nas condições de uso pretendidas pela Administração da Companhia. Também incluem os custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis. O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele desse ativo.

Quando partes de um item do ativo imobilizado tem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Os ganhos e perdas na alienação de itens de ativo imobilizado são reconhecidos pelo valor líquido, diretamente no resultado do exercício.

i.2 - Custos subsequentes

Os gastos incorridos com reparos, manutenções ou trocas de partes de um ativo imobilizado são reconhecidos nos saldos correntes destes ativos imobilizados desde que seja esperado um incremento dos benefícios futuros, como aumento de vida útil ou de produtividade, e que os custos possam ser mensurados de forma confiável.

i.3 - Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, o qual reflete mais adequadamente o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo do arrendamento e o das suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas conforme os prazos dos contratos de locação dos imóveis. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios comparativos são as seguintes:

	Vida útil média em anos	
	2012	2011
Edifícios e benfeitorias	39	39
Equipamentos de comutação	9	10
Equipamentos de terminais	6	6
Equipamentos e meios de transmissão	18	17
Equipamentos de energia e climatização	12	13
Infraestruturas	33	33
Veículos	8	8
Móveis e utensílios	12	12
Equipamentos de Processamento de Dados	6	6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os juros de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em uma base sistemática, que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa mesma base.

k. Intangível

k.1 Ágio

O ágio decorrente de aquisição de negócios é classificado no ativo intangível. O ágio é mensurado ao seu valor de custo menos as provisões para perdas por redução do valor recuperável sobre a não recuperação deste ativo (impairment), quando aplicável.

k.2 Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à comercialização de produtos e serviços novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou serviço for técnica e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de implantação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

k.3 Concessões e autorizações

As controladas CTBC Telecom, CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image reconheceram ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão ou autorização, referentes a direitos de exploração e de uso, como nos casos do direito de uso do espectro de ondas de radiofrequência – PPDUR e nos de direito de uso de *backbone*, entre outros.

Um ativo intangível recebido em pagamento para construção de infraestrutura ou expansão de serviços é mensurado ao valor justo no momento inicial de reconhecimento.

k.4 Outros ativos intangíveis

As licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) e de sistemas de gestão empresarial são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação

destes sistemas são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

k.5 Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

k.6 Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis para os exercícios comparativos são:

	Vida útil média	
	em anos	
	2012	2011
Sistemas de Informação (i)	7	7
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	13	14
Direito de uso TV por Satélite-DTH (ii)	7	7
Direito do uso de <i>Backbone</i> (iii)	9	9
Marcas e Patentes	5	5
Outorgas regulatórias (iv)	14	14

As vidas úteis das concessões, autorizações e direitos de uso de *backbone* estão ajustadas de acordo com os prazos destes contratos.

l. Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são mantidas pelo custo de aquisição.

m. Redução ao valor recuperável (impairment)

m.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições que considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo

ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

m.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base o histórico de perdas das controladas que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 90 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

m.3 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de

caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais.

Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e, se aplicável, acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. São registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

n. Concessão de serviços de telecomunicações a pagar

Registrada com base em atos expedidos pela ANATEL no percentual de 2% da receita líquida abrangida pela concessão, relativa ao serviço telefônico fixo comutado, apurada no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais.

o. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para contingência é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

p. Benefícios a empregados

p.1 Plano de pensão

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

p.2 Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

q. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Estes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em resultados abrangentes.

q.1) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

q.2) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível;
- e
- tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal do imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

r. Patrimônio líquido

Reservas, dividendos e juros sobre capital próprio

- Reserva de Lucros: refere-se a uma modalidade de destinação do lucro líquido do exercício, sendo aplicável à Companhia e suas controladas a legal e reserva de retenção de lucros.

- Reserva legal: a Companhia e suas controladas constituem reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social.

- Reserva de retenção de lucros: A partir das exigências da Lei 11.638/2007 a Companhia e suas controladas reclassificaram os saldos remanescentes dos lucros acumulados para reservas de lucros, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia, com base em orçamento a ser aprovado em Assembléia de Acionistas.

Dividendos e juros sobre capital próprio: é assegurado aos detentores das ações preferenciais (sem direito a voto) da Companhia e suas controladas, o reembolso de capital e dividendos. Os juros sobre o capital próprio pagos no decorrer do exercício foram calculados com base na Lei nº 9.249/1995. Para fins de atendimento às disposições tributárias, os juros sobre capital próprio a pagar são contabilizados como despesa financeira. Todavia, na elaboração das demonstrações financeiras, a despesa de juros sobre o capital próprio é reclassificada para a conta de lucros acumulados, demonstrado como distribuição de resultados, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil.

s. Receitas e despesas

s.1 Reconhecimento de receitas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício e não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor.

s.2 Vendas de serviços

As receitas relativas aos serviços de telefonia são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de assinatura, de utilização, de uso da rede, de manutenção e de outros serviços prestados aos assinantes e clientes. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. As receitas referentes às vendas dos créditos de recarga de telefones celulares pré-pagos são diferidas e reconhecidas ao resultado à medida que estes são efetivamente consumidos.

s.3 Vendas de bens

A venda de bens são mensuradas ao valor justo dos valores recebidos ou recebíveis, líquidos de

devoluções, descontos comerciais e abatimentos monetários sobre certos tipos de transações. A receita é reconhecida quando (i) há evidência persuasiva da existência, nos quais (ii) os riscos e benefícios da propriedade do bem tenham sido transferidos ao comprador, e que (iii) os custos associados possam ser mensurados de forma confiável, assim como (iv) as possíveis devoluções destes bens, (v) quando não há mais envolvimento da gerência da Companhia sobre os bens vendidos e (vi) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

s.4 Operações de permuta de bens e serviços (barter transactions)

As controladas CTBC Telecom e CTBC Multimídia possuem operações de permuta de ativos e de serviços, ou seja, troca de serviços e troca de infraestruturas com empresas do mesmo setor ou de setores distintos.

A permuta de infraestrutura visa, principalmente, garantir a redundância dos serviços prestados por essas entidades, como estratégia de garantia da continuidade dos serviços no caso de danos às suas infraestrutura de redes ou aos sistemas informatizados, ou a qualquer outra eventualidade que possa comprometer a prestação de serviços ininterrupta. Isto objetiva reduzir, ou mesmo eliminar os riscos aos clientes finais destes serviços.

Certas operações de permuta não caracterizam uma operação comercial. Assim, as controladas não reconhecem receitas nem custos nas demonstrações dos resultados dos exercícios nas operações com esta característica, reconhecendo somente os impostos incidentes no faturamento destes contratos de permuta de infraestrutura.

As transações de permuta que tenham essência comercial são reconhecidas normalmente como operações normais, com receitas e custos reconhecidos como em qualquer outra operação comercial das controladas.

s.5 Contratos de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

s.6 Subvenções governamentais

As assistências governamentais concedidas às controladas da Companhia, concedidas normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade, são contabilizadas de acordo com a natureza destas subvenções governamentais, conforme abaixo:

- se incondicionais, quando caracterizada como um recebível, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício em outras receitas operacionais;
- se tiverem condições a serem cumpridas antes de a entidade ter o direito a tais subvenções, são reconhecidas como receitas diferidas pelo seu valor justo quando há uma razoável segurança de que as condições serão cumpridas e que a entidade realmente terá o direito de receber tais subvenções;
- se caracterizarem uma compensação ou reembolso de despesas já incorridas pela entidade, são reconhecidas no resultado do exercício em outras receitas operacionais, de forma sistemática, nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas;
- se caracterizarem uma compensação ou reembolso de custos da construção de um ativo, são reconhecidas no resultado do exercício de forma sistemática através da vida útil do ativo referido.

s.7 *Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia e suas controladas (incluindo aplicações financeiras e investimentos disponíveis para venda), receitas de dividendos, ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado, e ganhos em instrumentos financeiros derivativos.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*) e perdas em instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado do exercício. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstradas líquidas, no resultado do exercício.

t. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

u. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme as BRGAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

v. Novas normas e interpretações emitidas ainda não em vigor

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) poderá causar um impacto nos ativos financeiros consolidados.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto

Item 24 - Empreendedor em conjunto deve reconhecer seus interesses em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) como investimento e deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, a menos que a entidade esteja isenta da aplicação do método da equivalência patrimonial, conforme especificado no Pronunciamento e se permitido legalmente.

Esta norma será efetiva para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das demonstrações contábeis foi feita proporcionalmente ao percentual de participação. Os impactos nas demonstrações financeiras, caso a Companhia tivesse aplicado o Pronunciamento em 31 de dezembro de 2012, são demonstrados a seguir:

	2012	
	Sem aplicação do CPC 19	Com aplicação do CPC 19
Ativo circulante	1.843.943	1.892.460
Realizável a longo prazo	71.035	134.516
Investimentos	12.931	22.948
Ativos biológicos	10.337	10.337
Imobilizado	2.096.557	2.316.603
Intangível	374.190	377.443
Total do ativo	4.408.993	4.754.308
Passivo circulante	1.649.820	1.705.508
Passivo não circulante	1.478.744	1.668.602

Patrimônio líquido dos controladores	1.186.175	1.186.174
Patrimônio líquido dos não controladores	94.254	194.024
Total do passivo e patrimônio líquido	4.408.993	4.754.308
Receita líquida	3.719.898	3.829.089
Resultado líquido do exercício	187.305	201.013
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	(17.969)	(31.677)
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	169.336	169.336

CPC 46 – Mensuração do valor Justo (IFRS 13 Fair Value Measurement)

O IFRS 13, recepcionado pelo CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. Esta norma será efetiva para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (Amendments to IAS 19 Employee Benefits -2011)

O IAS 19 refletido no CPC 33 (R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para tornar clara a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais não deve ter impacto relevante no Grupo. Entretanto, quando aplicável, o Grupo talvez tenha que avaliar o impacto das mudanças nos princípios de mensuração do retorno esperado sobre os ativos do plano. Esta norma terá efetividade para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

w. Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os relatórios internos fornecidos aos membros da Diretoria Executiva, que são os responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

A Diretoria Executiva definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, os quais estão segmentados principalmente entre os tipos de serviços prestados.

Os segmentos definidos são os seguintes:

- Telecom – prestação de serviços de telefonia fixa, internet banda larga, comunicação de dados, telefonia celular e TV por assinatura.
- BPO/TI – atuação no mercado corporativo oferecendo soluções em tecnologia para processos de negócios, por meio de infraestrutura de TI, serviços gerenciados, aplicações de negócios, gestão de negócios e relacionamento com o cliente.

- Negócios complementares - incluem soluções completas em infraestrutura de tecnologia da informação e telecomunicações e veículos de comunicação como: lista telefônica, guias e jornais.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas na Nota Explicativa 28. O desempenho é avaliado com base no EBITDA do segmento uma vez que a administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias.

x. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Swaps de taxas de juros

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e suas controladas e contraparte quando apropriado.

ii. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

iii. Contrato a termo

Os contratos a termo não são negociados em mercados organizados, conseqüentemente, seu valor justo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e o histórico de transações realizadas.

Quaisquer alterações nas premissas utilizadas para os cálculos envolvendo o valor justo dos contratos a termo poderiam afetar drasticamente a posição patrimonial e financeira da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	62.532	57.009	3.714	2.946
Aplicações de liquidez imediata	353.921	381.414	16.847	20.402
Numerários disponíveis no exterior	56.574	37.400	-	-
Numerários disponíveis em corretoras (NDF moeda)	12.530	5.614	-	-
Numerários disponíveis em corretoras (<i>hedge</i> estoques)	91.112	14.728	-	-
	576.669	496.165	20.561	23.348

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na Nota Explicativa 30.

5 Contas a receber

	Consolidado	
	2012	2011
Cientes		
Valores faturados	404.506	375.394
Valores não faturados	127.328	68.291
	531.834	443.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(87.601)	(74.014)
	444.233	369.671
Total circulante	444.233	369.671
Total não circulante	-	-

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber de clientes são classificados como empréstimos e recebíveis demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes estão divulgadas na Nota Explicativa 30.

a. A composição por idade dos valores a receber vencidos é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
Vencidos até 30 dias	58.337	53.906
Vencidos entre 31 e 60 dias	16.140	16.097
Vencidos entre 61 e 90 dias	8.461	6.013
Vencidos entre 91 e 120 dias	5.773	6.372
Vencidos há mais de 120 dias	84.830	70.872
Total vencidos	173.542	153.260

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
Saldo inicial	(74.014)	(66.619)
Constituição de provisão no exercício	(27.525)	(19.078)
Baixas contra contas a receber	13.938	11.683
Saldo final	(87.601)	(74.014)

6 Estoques

	Consolidado	
	2012	2011
Matéria-prima	149.887	145.027
Almoxarifado e outros	7.954	4.036
Produtos em elaboração	33.224	32.233
Produtos acabados	7.091	6.390
Estoque para revenda e obras	15.880	12.585
Adiantamento a fornecedores	237.344	243.245
Marcação a mercado (<i>commodities</i>)	164.178	-
	615.558	443.516
Provisão para redução ao valor recuperável	(4.754)	(6.703)
	610.804	436.813

A atualização dos estoques de soja, óleo degomado e farelo de soja (*commodities*) ao valor justo foi de R\$ 69.135 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 13.876 em 31 de dezembro de 2011) reconhecido no resultado, no grupo de receitas (despesas) financeiras.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção de estoques (*hedge*), conforme descrito na Nota Explicativa 30.

7 Ativos biológicos

A seguir, apresentamos a composição dos ativos biológicos da Companhia, através de sua controlada:

a. Culturas em formação – ativo circulante;

	Consolidado	
	2012	2011
Cultura em formação (soja e milho)	7.848	13.042
Animais	17.460	12.135
Marcação a mercado biológico circulante	(10.563)	-
Total do valor justo	<u>14.745</u>	<u>25.177</u>

b. Culturas permanentes e animais (reprodutores e matrizes bovinos e suínos) - ativo não circulante;

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2011	Adições (Baixas)	Saldo em 31/12/2012
Animais	7.023	2.294	9.317
Culturas permanentes	1.030	(10)	1.020
Total do valor justo	<u>8.053</u>	<u>2.284</u>	<u>10.337</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a soja plantada referente a safra 2012/2013 abrange aproximadamente 6.859 hectares de plantação (Em 31 de dezembro de 2011 referente a safra 2011/2012: 6.827 hectares). O milho plantado, nessa mesma data, para a safra 2012/2013 abrange aproximadamente 2.967 hectares de plantação (Em 31 de dezembro de 2011 referente a safra 2011/2012: 2.304 hectares). As informações, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

O saldo contábil de culturas em formação referente às plantações acima relacionadas representa os gastos de preparação do solo para a safra 2012/2013 e está mensurado ao custo incorrido. A controlada direta ABC Inco e as controladas indiretas estão expostas a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

- Riscos regulatórios e ambientais

A controlada direta ABC Inco e as controladas indiretas estão sujeitas a leis e regulamentos nas localidades em que opera. Foram elaborados procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

- Risco de oferta e demanda

A controlada ABC Inco e as controladas indiretas estão expostas a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quanto possível, a Companhia e sua controlada administram esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência do mercado ativo para garantir que a sua estrutura de preço esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada.

- Riscos climáticos e outros

As plantações da controlada direta ABC Inco e as controladas indiretas estão expostas ao risco de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Companhia e sua controlada possuem processos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares e análises de doenças e pragas.

Critérios para mensuração dos ativos biológicos adotados pela controlada ABC Inco e as controladas indiretas

- Para as culturas em formação foram adotados o seguinte critério de mensuração:

A controlada indireta ABC A&P está apresentando as suas culturas em formação de soja e milho mensuradas ao custo incorrido, uma vez que o término do período de plantio é próximo à data do balanço e não houve transformações biológicas relevantes em seus ativos relacionados às culturas temporárias e com ciclos curtos (aproximadamente 6 meses). As culturas em formação são mensuradas ao valor justo quando atingem o “ponto de colheita”, com previsão para o final do primeiro trimestre do ano subsequente.

- Para os ativos biológicos bovinos (matrizes, reprodutores e animais em estoque):

A controlada indireta ABC A&P está mensurando seus ativos biológicos bovinos a preço de mercado obtido através de laudo de consultoria especializada. O critério de avaliação se deu através das classificações zootécnicas dos animais com as características de categoria, idade, sexo, peso e padrão racial. A precificação dos animais se deu pela cotação no mercado local das respectivas unidades através dos preços cotados na BMF-Bovespa, CEPEA/USP, BeefPoint e leilões realizados em dezembro de 2012.

8 Tributos a recuperar

	Consolidado	
	2012	2011
Circulante		
ICMS - ativo imobilizado (a)	46.218	40.500
ICMS	3.633	20.822
COFINS	4.334	2.176
PIS	1.005	739
IRPJ/CSLL	13.958	6.557

IRRF	10.097	-
INSS	2.218	3.019
ICMS a restituir	7.133	8.216
ISS	3.777	-
Outros	1.561	8.086
Total	<u>93.934</u>	<u>90.115</u>
Ativo circulante	56.597	57.300
Ativo não circulante	<u>37.337</u>	<u>32.815</u>

- (a) Os valores correspondentes ao “ICMS - ativo imobilizado” referem-se a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102/2000.

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto de renda e contribuição social	(44.968)	(53.949)
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	34.691	53.318
	<u>(10.277)</u>	<u>(631)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo

	Consolidado		Individual	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo				
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	65.693	105.813	32.978	32.978
Provisões e outras	64.193	65.394	6.203	6.203
Ajuste ao valor de realização	(129.886)	(75.765)	(39.181)	(39.181)
	<u>-</u>	<u>95.442</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Contribuição social				
Base negativa	23.774	40.368	11.858	11.858
Provisões e outras	23.153	23.416	2.233	2.233
Ajuste ao valor de realização	(46.927)	(29.431)	(14.091)	(14.091)
	<u>-</u>	<u>34.353</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
IRPJ e CSLL diferida reclassificada	<u>-</u>	<u>(129.795)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Passivo				
Imposto de renda				
IRPJ diferido	93.819	-	-	-
IRPJ sobre exclusões temporárias	33.161	28.608	9.532	9.121
Custo atribuído e outros	48.306	118.533	-	411
IRPJ diferido - lei 11638	35.276	-	-	-
Ajuste ao valor de realização	(130.011)	-	-	-
	<u>80.551</u>	<u>147.141</u>	<u>9.532</u>	<u>9.532</u>
Contribuição social				
CSLL diferida	33.788	-	-	-
CSLL s/ exclusões temporárias	11.941	19.571	3.433	3.285
Custo atribuído e outros	17.394	47.915	-	148
CSLL diferido - lei 11638	12.520	-	-	-
Ajuste ao valor de realização	(46.800)	-	-	-
	<u>28.843</u>	<u>67.486</u>	<u>3.433</u>	<u>3.433</u>
IRPJ e CSLL diferida reclassificada	-	(80.319)	-	-
Total do passivo não circulante	<u>109.394</u>	<u>134.308</u>	<u>12.965</u>	<u>12.965</u>
	<u>(109.394)</u>	<u>(134.308)</u>	<u>(12.965)</u>	<u>(12.965)</u>

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico preparado pela Companhia e aprovado pela Diretoria em reunião de 3 de fevereiro de 2012, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

c. Resultado do exercício

	<u>Consolidado</u>		<u>Individual</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contribuição social				
Corrente	(27.536)	(18.076)	(7)	-
Diferido	6.258	6.662	-	928
	<u>(21.278)</u>	<u>(11.414)</u>	<u>(7)</u>	<u>928</u>
Imposto de renda				
Corrente	(73.134)	(47.851)	(12)	-
Diferida	17.571	17.245	-	2.577
	<u>(55.563)</u>	<u>(30.606)</u>	<u>(12)</u>	<u>2.577</u>
	<u>(76.841)</u>	<u>(42.020)</u>	<u>(19)</u>	<u>3.505</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	247.735	242.321	152.944	173.285
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(84.230)	(82.389)	-	-
IRPJ/CSSL sobre itens de adições (exclusões):				
Grupamento de ações	-	9.672	-	-
Adições e exclusões permanentes	5.609	9.344	-	-
Constituição (baixa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	1.190	18.875	(19)	-
Amortização de ágios	-	7.349	-	-
Provisões e outros	590	(4.871)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(76.841)	(42.020)	(19)	-
Alíquota efetiva	<u>31,02%</u>	<u>17,34%</u>	<u>0,01%</u>	<u>0,00%</u>

10 Investimentos

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Participação em empresas controladas	-	-	1.135.736	1.052.585
Outros investimentos	5.257	5.254	876	876
Propriedades para investimentos	7.674	8.066	-	-
	<u>12.931</u>	<u>13.320</u>	<u>1.136.612</u>	<u>1.053.461</u>

a. Mutação dos investimentos.

	CTBC		ABC		Space		Outras		Total
	Telecom	Algar Agro	Inco	Empreendimentos	Empreendimentos	Empreendimentos	controladas	controladas	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	398.385	248.507	82.351	77.026	77.026	77.026	116.217	116.217	922.486
Aumento de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	10.177	10.177	10.177
Dividendos e juros sobre capital próprio	(30.091)	(4.565)	(1.513)	(12.300)	(12.300)	(12.300)	(295)	(295)	(48.764)
Ganho na aquisição de participação em controlada	-	-	-	-	-	-	2.320	2.320	2.320
Redução de capital	-	-	-	(1.615)	(1.615)	(1.615)	(1.140)	(1.140)	(2.755)
Dividendos adicionais	(11.173)	-	-	-	-	-	-	-	(11.173)
Equivalência patrimonial	124.187	19.221	6.370	15.588	15.588	15.588	14.928	14.928	180.294
Saldo em 31 de dezembro de 2011	481.308	263.163	87.208	78.699	78.699	78.699	142.207	142.207	1.052.585
Dividendos e juros sobre capital próprio	(28.734)	(1.379)	(457)	-	-	-	(5.140)	(5.140)	(35.710)
Aumento de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	817	817	817
Distribuição de lucros	-	-	-	(8.494)	(8.494)	(8.494)	-	-	(8.494)
Redução de capital	-	-	-	(1.157)	(1.157)	(1.157)	-	-	(1.157)
Dividendos adicionais	(12.472)	-	-	-	-	-	(17.102)	(17.102)	(29.574)
Equivalência patrimonial	121.423	5.806	1.924	13.967	13.967	13.967	14.148	14.148	157.269
Saldo em 31 de dezembro de 2012	561.525	267.590	88.675	83.015	83.015	83.015	134.930	134.930	1.135.736

Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

- b. Informações sobre as principais empresas controladas, com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

2012

	CTBC Telecom	Algar Agro	ABC Inco	Space Empreendimentos	RQ EmPar	Space Tecnologia
Total do ativo	1.534.395	268.971	1.546.323	113.540	571.002	20.678
Passivo circulante	249.397	1.519	938.166	4.437	107.837	7.291
Passivo não circulante	662.533	-	249.659	26.086	267.227	4.499
Patrimônio líquido	622.465	267.452	358.497	83.017	195.937	8.888
Capital social	271.640	97.104	153.249	28.433	1.721	880
Receita líquida	745.956	-	1.611.304	21.914	207.710	39.803
Resultado líquido do exercício	136.253	5.807	7.731	13.967	26.214	2.923

2011

	CTBC Telecom	Algar Agro	ABC Inco	Space Empreendimentos	RQ EmPar	Space Tecnologia
Total do ativo	1.310.601	267.730	1.290.510	109.366	543.579	15.946
Passivo circulante	284.724	4.705	706.538	2.912	87.760	4.209
Passivo não circulante	492.785	0	233.601	27.754	243.311	5.041
Patrimônio líquido	533.541	263.024	350.371	78.700	200.201	6.696
Capital social	271.640	97.104	153.249	28.433	1.721	880
Receita líquida	745.325	-	1.112.452	29.996	176.129	31.095
Resultado líquido do exercício	137.664	19.221	25.591	15.588	25.917	(246)

CTBC

	Telecom	Algar Agro	ABC Inco	Space Emp.	RQ EmPar	Space Tec.
--	----------------	-------------------	-----------------	-------------------	-----------------	-------------------

Qtde ações ou quotas possuídas

Ações ON	273.551	98.113.022	4.626.495	-	4.293.710	-
Ações PN	33.531	-	346.743	-	-	-
Quotas	-	-	-	32.665.790	-	606.705

% participação direta da controladora

No capital social	97%	100%	25%	100%	50%	100%
No capital votante	91%	100%	25%	100%	50%	100%

11 Intangível

a. Movimentação do custo

	Consolidado				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências (*)	
Marcas e Patentes	3.131	-	(2.379)	613	1.365
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	6.674	-	-	586	7.260
Direito de uso de Backbone	83.741	898	(1.000)	6.996	90.635
Direito de uso TV por satélite - DTH	7.138	-	-	27	7.165
Outorgas regulatórias	72.532	1.170	-	(1.108)	72.594
Sistemas de informação - custo	251.764	6.849	(4.026)	31.165	285.753
Ágio em investimento em controladas	169.562	-	-	-	169.562
	594.542	8.917	(7.405)	38.279	634.333

b. Movimentação da amortização acumulada

	Consolidado				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências (*)	
Marcas e Patentes	(2.524)	(88)	2.379	124	(109)
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	(2.039)	(1.125)	1	(65)	(3.228)
Direito de uso de Backbone	(34.336)	(12.520)	1.000	4.069	(41.787)
Direito de uso TV por satélite - DTH	(2.161)	(1.086)	-	-	(3.247)
Outorgas regulatórias	(17.788)	(5.206)	-	(182)	(23.176)
Sistemas de informação	(142.829)	(28.524)	3.898	17.000	(150.455)
Ágio em investimento em controladas	(37.156)	-	-	-	(37.156)
	(238.833)	(48.549)	7.278	20.946	(259.158)
	355.709	(39.632)	(127)	59.225	375.175

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

c. Movimentação do custo

	Individual				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências (*)	
Marcas e Patentes	82	-	-	-	82
Sistemas de informação - custo	1.033	1.077	-	(948)	1.162
Ágio em investimento em controladas	114.779	-	-	-	114.779
	115.894	1.077	-	(948)	116.023

d. Movimentação da amortização acumulada

	Individual				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências(*)	
Sistemas de informação	(825)	-	(123)	948	-
Ágio em investimento em controladas	(22.271)	-	-	-	(22.271)
	(23.096)	-	(123)	948	(22.271)
Saldo	92.798	1.077	(123)	-	93.753

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

e. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

A Companhia e suas controladas avaliaram, em 31 de dezembro de 2012, a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a UGC. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia, aprovada pela Administração. O teste de recuperação do ativo realizado pela Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Os valores contábeis combinados de ágio alocados para cada UGC são como a segue:

UGCs Identificadas	2012
CTBC Telecom	20.971
CTBC Celular	24.392
CTBC Multimídia	37.366
Algar Tecnologia	17.722
Algar Mídia	11.851

Os valores recuperáveis das UGCs foram baseados nos seus valores em uso. A metodologia aplicada para determinar os valores das UGCs é o fluxo de caixa descontado. O conceito básico desta metodologia resume-se na determinação dos fluxos de caixa livres em um exercício determinado, em função:

- do resultado operacional;
- do retorno ao resultado operacional da depreciação sobre o ativo imobilizado, apropriada ao resultado do exercício; e
- da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em função do ciclo financeiro das controladas.

Os saldos de caixa por período são calculados a valor presente, descontados através da aplicação da taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capitais (*Weighted Average Cost of Capital* (WACC)). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades. O custo do capital próprio da Companhia e suas controladas foi calculado pelo método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*).

Foi considerado um período de fluxo de caixa de cinco a sete anos de acordo com as projeções da Companhia e de suas controladas, acrescidos do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ou sétimo ano, descontado ao valor presente pelo WACC.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012, para as UGCs, são as que seguem:

UGCs Identificadas	Taxa de Desconto WACC (i)	EBITDA (ii)
CTBC Telecom	6,0%	189.483
CTBC Celular	6,0%	76.052
CTBC Multimídia	6,0%	147.993
Algar Tecnologia	8,4%	19.252

(i) A taxa de desconto foi calculada antes dos impostos.

(ii) EBITDA, médio do período orçado de 5 anos.

A Administração determinou o EBITDA orçado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do segmento. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

Análise de sensibilidade na mudança das premissas

A Companhia e suas controladas avaliaram em 31 de dezembro de 2012, os efeitos da mudança nas principais premissas envolvidas na determinação do valor recuperável dos seus ativos. A Administração identificou duas premissas principais para as quais, alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável, embora tais fatos estejam. Tais premissas estão associadas ao aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto em decorrência do aumento do risco do negócio e à redução de 1 ponto percentual na margem EBITDA da Companhia simultaneamente ao aumento do risco.

A tabela abaixo apresenta o montante no qual alterações nas duas premissas básicas simultaneamente poderiam resultar no valor recuperável ser inferior ao valor contábil:

UGCs Identificadas	Aumento (redução do valor contábil)
CTBC Telecom	39.377
CTBC Celular	19.503
CTBC Multimídia	22.289
Algar Tecnologia	1.718

12 Imobilizado

a. Movimentação do custo

	Consolidado				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências (*)	
Edifícios e benfeitorias	396.086	6.377	(3.870)	132.458	531.051
Equipamentos de comutação	289.466	-	(9.140)	38.694	319.020
Equipamentos de terminais	175.501	-	(9.864)	32.354	197.991
Equipamentos e meios de transmissão	888.726	890	(20.009)	133.053	1.002.660
Equipamentos de energia e climatização	96.732	111	(4.966)	19.761	111.638
Máquinas e equipamentos	108.604	2.618	(528)	24.342	135.036
Infraestrutura	106.554	-	(480)	11.380	117.454
Veículos	62.674	2.141	(4.412)	19.457	79.860
Móveis e utensílios	68.355	1.263	(880)	7.649	76.387
Equipamentos de processamento de dados e outros	352.659	1.595	(4.199)	24.536	374.591
	2.545.357	14.995	(58.348)	443.684	2.945.688
Terrenos	428.873	1.767	(1.315)	(47.118)	382.207
Obras em andamento e outros	480.071	413.935	(2.880)	(456.937)	434.189
	3.454.301	430.697	(62.543)	(60.371)	3.762.084

b. Movimentação da depreciação acumulada

	Consolidado				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências (*)	
Edifícios e benfeitorias	(88.694)	(13.366)	1.881	(1.875)	(102.054)
Equipamentos de comutação	(220.832)	(13.099)	9.138	38	(224.755)
Equipamentos de terminais	(124.621)	(19.633)	9.616	(107.287)	(241.925)
Equipamentos e meios de transmissão	(683.282)	(34.756)	20.226	(12.109)	(709.921)
Equipamentos de energia e climatização	(58.211)	(6.101)	5.020	(452)	(59.744)
Máquinas e equipamentos	(42.333)	(5.240)	513	(2.217)	(49.277)
Infraestrutura	(56.370)	(3.082)	133	(311)	(59.630)
Veículos	(17.124)	(5.594)	2.892	(2.100)	(21.926)
Móveis e utensílios	(47.427)	(3.518)	919	696	(49.330)
Equipamentos de processamento de dados e outros	(249.407)	(29.460)	4.154	126.763	(147.950)
	(1.588.301)	(133.849)	54.492	1.146	(1.666.512)
Saldo	1.866.000	296.847	(8.051)	(59.225)	2.095.572

(*) O saldo de transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

c. Movimentação do custo

	Individual				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	
Edifícios e benfeitorias	11.474	-	-	-	11.474
Equipamentos e meios de transmissão	219	5	-	-	224
Veículos	558	-	-	-	558
Móveis e utensílios	838	190	-	-	1.028
Equipamentos de processamento de dados	950	80	-	-	1.030
	14.039	275	-	-	14.314
Terrenos	2.694	-	(817)	-	1.877
Obras em andamento e outros	886	-	(6)	-	880
	17.619	275	(823)	-	17.071

d. Movimentação da depreciação acumulada

	Individual				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	
Edifícios e benfeitorias	(1.451)	(216)	-	-	(1.667)
Equipamentos e meios de transmissão	(140)	(14)	-	-	(154)
Infraestrutura	-	(2)	-	-	(2)
Veículos	(337)	(62)	-	-	(398)
Móveis e utensílios	(416)	(75)	-	-	(490)
Equipamentos de processamento de dados e outros	(813)	(64)	-	-	(878)
	(3.157)	(433)	-	-	(3.590)
	14.462	(158)	(823)	-	13.481

Informações adicionais sobre o ativo imobilizado

Conforme disposto no CPC-27 e na Interpretação Técnica 10 (ICPC-10) emitidas pelo CPC, a Companhia implantou políticas internas de revisões periódicas das vidas úteis de seus ativos imobilizados, o que é feito pelo menos uma vez a cada exercício social.

e. Obras em andamento

A controlada ABC Inco iniciou no segundo trimestre de 2011, a construção de uma planta de refino e envase como extensão da planta de processamento de soja já existente em Porto Franco – Maranhão, com a finalidade de obter produtos com maior valor agregado, neste caso o óleo refinado. A Planta foi inaugurada no final do mês de junho de 2012 e a depreciação dos ativos teve início em agosto de 2012.

f. Bens vinculados à Concessão

Os contratos de concessão do STFC preveem que os bens da controlada CTBC Telecom indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como “bens reversíveis”, quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo à controlada CTBC Telecom resguardado o direito às indenizações previstas na legislação e nos respectivos contratos de concessão.

Os valores de 2011 apresentados abaixo se referem à relação de bens reversíveis encaminhada à ANATEL em abril de 2012. Esses valores substituem aqueles divulgados quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2011, na época considerados com prévia. Os bens elencados no ano de 2012, conforme relação abaixo, são uma prévia da relação de bens reversíveis a ser encaminhada para aprovação da ANATEL em abril de 2013, conforme regulamentação.

Os valores dos bens reversíveis são demonstrados abaixo (não auditado).

	Consolidado					
	2012			2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios e benfeitorias	24.220	(7.907)	16.313	24.176	(7.098)	17.078
Equipamentos de energia e climatização	45.066	(33.804)	11.262	43.030	(34.813)	8.217
Equipamentos de comutação	239.284	(202.077)	37.207	239.939	(206.052)	33.886
Equipamentos de processamento dados	52.875	(44.108)	8.767	49.443	(40.281)	9.162
Equipamentos e meios de transmissão	623.538	(501.035)	122.503	611.761	(506.382)	105.380
Equipamentos de terminais	55.285	(41.586)	13.699	54.557	(36.836)	17.721
Infraestruturas	74.043	(45.122)	28.921	71.127	(43.847)	27.280
Licenças de concessão PPDUR	6.154	(2.652)	3.502	5.931	(1.829)	4.102
Móveis e utensílios	17.066	(15.345)	1.721	15.950	(14.890)	1.060
Outorgas regulatórias	2.637	(2.138)	499	2.637	(2.097)	540
Sistemas de informação	107.065	(79.477)	27.588	99.578	(71.012)	28.566
Terrenos	4.266	-	4.266	4.266	-	4.266
Veículos	2.983	(946)	2.037	2.396	(532)	1.864
	1.254.482	(976.197)	278.285	1.224.791	(965.669)	259.122

g. Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a controlada CTBC Telecom e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados como garantia de processos judiciais e empréstimos e financiamentos, incluindo arrendamento mercantil, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	2012			2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios e benfeitorias	51.598	(19.282)	32.316	62.021	(13.542)	48.479
Equipamentos de energia e climatização	537	(336)	201	384	(355)	29
Equipamentos de comutação	-	-	-	405	(240)	165
Equipamentos de processamento dados	3.170	(1.758)	1.412	4.277	(3.176)	1.101
Equipamentos e meios de transmissão	757	(752)	5	3.342	(2.750)	592
Equipamentos de terminais	-	-	-	5	(3)	2
Infraestruturas	-	-	-	45	(32)	13
Moveis e utensílios	7.656	(5.156)	2.500	1.221	(560)	661
Terrenos	17.059	-	17.059	-	-	-
Veículos	1.127	(306)	821	4.298	(1.603)	2.695
	81.904	(27.590)	54.314	75.998	(22.261)	53.737

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada ABC Inco e suas controladas possuíam terrenos no valor de R\$ 195.599 dados como garantia de processos judiciais e empréstimos e financiamentos.

h. Saldos de custos de empréstimos capitalizados no ativo imobilizado

A CTBC Telecom capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado no valor de R\$ 6.763 (R\$ 6.074 em 2011).

As taxas de capitalização dos empréstimos são de 5,28% a 87,49%. Na controlada CTBC Telecom as taxas variam de 5,28% a 11,84%, e nas suas controladas as faixas são as seguintes: de 11,72% a 27,29% na CTBC Celular, de 29,06% a 87,49% na CTBC Multimídia e de 9,29% a 34,10% na Image Telecom.

i. Ativos totalmente depreciados

A controlada CTBC Telecom e suas controladas indiretas possuem ativos imobilizados totalmente depreciados e que estavam em operação em 31 de dezembro de 2012 possuem o valor de custo no montante de R\$ 935.353 (R\$ 863.297 em 2011).

j. Ociosidade de ativos

A controlada CTBC Telecom e as controladas indiretas não possuem ativos imobilizados relevantes, registrados sob esse conceito, que estivessem na condição de ociosos no encerramento do exercício de 2012.

13 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a risco de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, valor de face e fluxo de caixa, vide Nota Explicativa 30.

Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Empréstimos:				
Em moeda estrangeira	228.478	53.054	-	-
Em moeda nacional	730.689	376.459	17.375	19.640
Adiantamento para aumento de capital	411.411	489.447	-	-
Financiamentos em moeda nacional:				
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	62.491	59.675	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES*	334.862	295.490	-	-
Nota de crédito industrial e exportação	8.086	212.396	-	-
Arrendamento mercantil	1.171	11.869	-	-
	<u>1.777.188</u>	<u>1.498.390</u>	<u>17.375</u>	<u>19.640</u>
Passivo circulante	944.562	742.941	4.207	2.675
Passivo não circulante	832.626	755.449	13.168	16.965

- **Controlada CTBC Telecom**

(*) Os valores correspondem a financiamentos diretos e repasses de recursos através dos bancos BDMG, Brasil, HSBC e Safra.

A controlada obteve neste exercício R\$ 22.413 junto ao Banco IBM, com taxa de juros entre 6,01% e 8,00% a.a.; R\$ 50.000 com a CEF e R\$ 7.259 com o BNDES. Realizou também o alongamento do empréstimo de R\$ 60.000 junto ao HSBC, cujo vencimento passou de 2016 para 2018.

A controlada CTBC Celular captou R\$ 16.150 junto ao BDMG, R\$ 12.526 com o Banco IBM e recebeu a primeira liberação de R\$ 1.968 do novo contrato junto ao BNDES.

A Image recebeu R\$ 1.510 em liberações do BNDES, sendo R\$ 990 do contrato anterior e R\$ 520 do novo contrato.

A controlada Algar Tecnologia recebeu duas liberações, no valor de R\$ 59.000, do contrato assinado junto ao BNDES em dezembro de 2011, incidindo sobre este empréstimo juros entre 8,01% e 10,00% a.a e captou adicionalmente R\$ 1.802 do Banco do Brasil.

A Engeset captou R\$ 8.606, sendo R\$ 2.597 com o Banco do Brasil e R\$ 6.009 junto ao Banco IBM. Algar Mídia captou R\$ 1.690 com o BDMG.

Ao longo do ano, foram celebradas cessões de dívida entre as empresas do grupo. As operações consistiram na transferência de contratos financeiros, juntamente com o repasse de caixa em valor equivalente. Foram transferidos R\$ 35.747 entre a Companhia e a controlada CTBC Multimídia e R\$ 28.401 entre as controladas Algar Tecnologia e a Synos.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CTBC Telecom estão indexados de acordo com o quadro a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
CDI	338.306	352.823
TJLP	216.243	150.939
IPCA	60.243	58.754
Total	614.792	562.516

As taxas anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos são demonstradas a seguir:

CTBC Telecom			
Juros	Instituição financeira	2012	2011
4,50% a 6,00%	BNDES e <i>Leasing</i>	12.637	19.187
De 6,01% a 8,00%	BNDES e IBM	77.739	-
De 8,01% a 10,00%	BNDES, CEF, HSBC, e Safra	153.607	9.165
De 10,01% a 12,00%	BDMG, BNDES, HSBC e IBM	105.530	224.183
De 12,01% a 15,00%	CEF, Itaú BBA, Safra	0	83.320
Total		349.513	335.855

Controladas indiretas			
Juros	Instituição Financeira	2012	2011
4,50% a 6,00%	BNDES, HSBC, Safra.	2.865	3.580
De 6,01% a 8,00%	BDMG, BNDES e IBM	45.096	-
De 8,01% a 10,00%	BDMG, BNDES, Brasil, CEF, IBM Itaú BBA, Safra e <i>Leasing</i> .	148.674	5.714
De 10,01% a 12,00%	BDMG, BNDES, IBM e <i>Leasing</i>	68.644	78.154
De 12,01% a 15,00%	BDMG, Brasil, CEF, IBM, Itaú BBA, Rabobank, Safra, Unibanco e <i>Leasing</i> .	-	139.081
De 15,01% a 18,00%	Bradesco e <i>Leasing</i>	-	132
Total		265.279	226.661
Total Consolidado		614.792	562.516

- **Controlada ABC Inco**

Os financiamentos de longo prazo referem-se, principalmente, a linhas de créditos tomadas junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”) e BNB, FNE e BNDES, destinadas ao financiamento dos projetos de instalação de linha de embalagens (“PET”), armazéns, e instalação de nova planta industrial no Estado do Maranhão e expansão da refinaria nesta unidade.

A variação das captações de giro no exercício foi destinada ao financiamento da safra de 2013.

Para os empréstimos de capital de giro, incluindo os ACCs, a controlada ABC Inco oferece garantias, tais como: Penhor da soja e aval.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da ABC Inco e das suas controladas estão indexados de acordo com o quadro a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
CDI	325.386	84.055
TJLP	991	2.103
Dólar	607.583	490.368
Sem indexador	119.738	176.234
TR	-	89.296
	1.053.698	842.056

As taxas anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos são demonstradas a seguir:

Consolidado		
Juros	Instituição Financeira	2012
De 3% a 8%	ABC Brasil, BNDES, Brasil BNB, Deutsche Bank, HSBC, Rabobank, Safra, Santander	868.672
De 8% a 10%	Amazônia, BDMG, BNB, BNDES, Brasil, CEF e Safra	185.026
		1.053.698

A totalidade do saldo circulante de empréstimos e financiamentos refere-se à maturação corrente dos contratos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte maturidade:

	2012	
	Consolidado	Individual
2014	326.794	3.798
2015	194.303	4.518
2016	151.589	3.798
2017 em diante	159.940	1.054
	832.626	13.168

Cláusulas contratuais (covenants)

Certos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e controladas estabelecem índices máximos de endividamento e índices mínimos para cobertura de dívida, os quais devem ser mantidos durante toda a vigência dos respectivos contratos.

A controlada CTBC Telecom e as controladas indiretas CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image Telecom têm contratos de empréstimos e financiamentos que contém cláusulas restritivas (“covenants”) que totalizam R\$ 515.528 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 408.188 em 31 de dezembro de 2011), vencíveis entre 2012 e 2020. Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos são exigidos em bases consolidadas e são calculados trimestralmente para verificação de seus cumprimentos.

O não atingimento dos índices acordados implica no vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos abrangidos por esta previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os índices exigidos para a CTBC Telecom foram todos cumpridos e estão demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado			
		2012		2011
Dívida líquida / EBITDAR (*) – realizado	=	1,63	=	1,54
BNDES, HSBC, IBM, Itaú, Rabobank (meta trimestral)	≤	2,25	≤	2,25
EBITDAR / Despesa financeira líquida - realizado	=	5,49	=	4,70
BNDES, HSBC, IBM, Itaú, Rabobank (meta trimestral)	≥	2,00	≥	2,00
Índice de capitalização (PL / AT) - realizado	=	0,30	=	0,28
BNDES (meta trimestral)	≥	0,25	≥	0,25
Dívida financeira líquida de curto prazo (**) / EBITDAR-realizado	=	(0,18)	=	0,02
BNDES (meta trimestral)	≤	0,35	≤	0,35

(*) Saldo da rubrica lucro bruto, deduzido das despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas/receitas operacionais líquidas, somado ao saldo das rubricas “depreciação e amortização” (incluindo amortização de ágio, líquida de deságio) e despesas com operações de arrendamento mercantil.

(**) Dívida do passivo circulante composta por empréstimos e financiamentos, debêntures, dívida onerosa com fornecedores e mútuo, líquida das disponibilidades e mútuo ativo de curto prazo.

A controlada Algar Tecnologia possui cláusulas *restritivas* pelo financiamento realizado junto ao BNDES que estabelece o cumprimento de certos indicadores financeiros com base no seu balanço patrimonial e demonstração do resultado consolidados. Em 31 de dezembro de 2012, todos os indicadores foram cumpridos.

A controlada ABC Inco e suas controladas no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2012 não possuía contrato de empréstimo com cláusulas restritivas (*covenants*).

14 Fornecedores

O saldo de fornecedores é decorrente de aquisições de materiais e serviços utilizados no giro das atividades operacionais das empresas.

O saldo de fornecedores é composto como segue:

	Consolidado	
	2012	2011
Fornecedores faturados	178.835	129.966
Fornecedores a faturar	32.905	33.926
	211.740	163.892

15 Debêntures

a. Primeira emissão

Em 2 de agosto de 2007, foi realizada a subscrição e integralização de 2.500 debêntures da espécie quirografária, não conversíveis em ações da primeira emissão pela controlada CTBC Telecom. As debêntures foram emitidas em série única, no regime de garantia firme, sem previsão de repactuação programada e/ou de resgate antecipado, com valor de face unitário de R\$ 100, no montante de R\$ 250.000. Nessa mesma data, os recursos foram destinados para o pagamento antecipado de empréstimos e financiamentos.

O prazo de vigência das debêntures é de 7 anos, contados da data de emissão, com vencimento em 2 de julho de 2014 e remuneradas a uma taxa de CDI + 0,85% ao ano.

Em 16 de outubro de 2012 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures da controlada CTBC Telecom, na qual foi aprovada a alteração da cláusula 4.10 da Escritura de Primeira Emissão, que passou a prever a possibilidade de realização de oferta de resgate antecipado das debêntures. Em 8 de novembro de 2012 a CTBC Telecom efetuou o resgate de 2.383 debêntures e, conforme definido no Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, todas as debêntures resgatadas foram canceladas pela CTBC Telecom.

Os valores das debêntures ativas são demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
Debêntures 1ª emissão - série única		
Moeda nacional:		
Principal	6.686	214.286
Juros	71	13.091
	6.757	227.377
Passivo circulante	3.414	84.520
Passivo não circulante	3.343	142.857

O saldo não circulante das debêntures apresenta a seguinte composição por vencimento:

	Consolidado	
	2012	2011
2014	3.343	71.428

Os índices estabelecidos pelas instituições financeiras, relativos às debêntures, calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas, foram todos cumpridos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e estão demonstrados na Nota Explicativa 13.

b. Segunda emissão

Em 7 de novembro de 2012 a controlada CTBC Telecom concluiu a segunda emissão pública de debêntures por meio da qual foram emitidas 293.985 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nominativas e escriturais, sem previsão de repactuação programada e/ou de resgate antecipado, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão.

A emissão foi realizada em duas séries: a primeira série consta de 61.385 debêntures emitidas, remuneradas a uma taxa de CDI + 1,40% a.a. com vigência de 5 anos e a segunda série é composta por 232.600 debêntures, com taxa de remuneração pelo IPCA + 6,0% a.a., com prazo total de 7 anos. A liberação dos recursos ocorreu nos dias 6 e 7 de novembro de 2012 e foram utilizados, em parte para o resgate de debêntures de sua primeira emissão no âmbito da oferta de resgate antecipado das debêntures da primeira emissão. O restante será utilizado como reforço do capital de giro da CTBC Telecom.

Os valores são demonstrados a seguir:

	Consolidado
	2012
Debêntures 2ª emissão – duas séries	
Moeda nacional:	
Principal	293.985
Juros	9.982
	303.967
(-) Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(4.443)
	299.524
Passivo circulante, líquido de saldo de gastos com emissão (R\$ 725)	9.257
Passivo não circulante, líquido de saldo de gastos com emissão (R\$ 3.718)	290.267

O saldo não circulante das debêntures da segunda emissão, não incluindo os gastos com a emissão, apresenta a seguinte composição por vencimento:

	Consolidado
	2012
2015	20.462
2016	20.462
2017 em diante	253.061
	293.985

O custo incorrido na segunda emissão das debêntures foi de R\$ 4.684, contabilizado inicialmente como despesas antecipadas e transferido para rubrica própria no passivo como conta redutora do saldo de debêntures. Esse valor será apropriado mensalmente no resultado financeiro, seguindo o prazo e a proporção da quantidade de debêntures de cada série. A primeira, no total de 61.385 debêntures terá um prazo de 5 e anos e a segunda série de 232.600 debêntures terá um prazo de 7 anos.

Segue a composição dos custos incorridos:

Comissões bancárias	3.414
Consultoria jurídica e auditoria	611
Taxas e publicações legais	380
Serviços de terceiros	237
Outros	42
	4.684

Os índices estabelecidos pelas instituições financeiras, relativos às debêntures, calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas, foram todos cumpridos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e estão demonstrados na Nota Explicativa 11.

c. Debêntures: primeira e segunda emissões consolidadas

	Consolidado
	2012
Debêntures 1ª e 2ª emissões	
Moeda nacional:	
Principal	300.671
Juros	10.053
	310.724
(-) Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(4.443)
	306.281

	Consolidado - 2012		
	Saldo de	Gastos com emissão de	Total
	debêntures	debêntures, a	
		apropriar	
Passivo circulante	13.396	(725)	12.671
Passivo não circulante	297.328	(3.718)	293.610
	310.724	(4.443)	306.281

O saldo não circulante das debêntures consolidadas apresenta a seguinte composição por vencimento:

	Consolidado
	2012
2014	3.343
2015	20.462
2016	20.461
2017 em diante	253.062
	297.328

16 Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado	
	2012	2011
PIS	3.085	2.316
IRRF	7.720	-
COFINS	12.888	10.627
ICMS	48.492	28.129
Funrural	808	589
Tributos federais - IRPJ / CSSL	938	10.460
ISS	2.772	2.842
INSS	2.302	-
Outros	2.585	1.463
Total	81.590	56.426

17 Salários, provisões e encargos sociais

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Salários e ordenados	24.002	21.498	275	-
Encargos sociais sobre salários e ordenados	13.404	18.254	315	225
Férias e encargos	63.532	78.949	1.462	1.368
Gratificações	45.771	14.284	5.072	4.214
Obrigações trabalhistas e outros	3.624	8.597	39	23
	150.333	141.582	7.163	5.830

18 Tributos parcelados

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Contribuições previdenciárias	1.107	-	-	-
Tributos federais	25.177	44.925	696	2.079
Total	26.284	44.925	696	2.079
Passivo circulante	7.881	13.059	696	1.416
Passivo não circulante	18.403	31.866	-	663

A Companhia e suas controladas estão cumprindo com as obrigações dentro dos prazos e condições previstos nos planos de parcelamentos e respectiva legislação.

Parcelamento Lei 11.941 de 27 de maio de 2009 - REFIS IV

A Companhia e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009. Esse Programa prevê o parcelamento, em até 180 meses, de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, inclusive do saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS”), do PAES e do PAEX, vencidos até 30 de novembro de 2008.

A adesão foi deferida e a Companhia e suas controladas indicaram os débitos para consolidação em 30 de junho de 2011, conforme prazo legal estabelecido.

Como forma de pagamento do parcelamento foi utilizado o montante de R\$ 10.753 relativos a créditos fiscais, conforme previsão legal, reduzindo o saldo do parcelamento a pagar.

As controladas Algar Mídia e CTBC Multimídia não conseguiram consolidar débitos de II, IPI, PIS e COFINS junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, por suposto equívoco na indicação do código de adesão. A negativa da PGFN está sendo objeto de discussão judicial e os débitos se encontram provisionados (Valor provisionado R\$ 13.126 - Depósito judicial vinculado: R\$ 1.852).

19 Provisões e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente seus riscos de perdas, com base em critérios jurídicos, econômicos e contábeis. Estes riscos são classificados com base na expectativa de perda provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade da contingência, levando-se em consideração as análises de seus assessores jurídicos. Por determinação legal ou por cautela são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados às contingências provisionadas ou não provisionadas.

a. Processos judiciais e administrativos provisionados

	Consolidado				Total
	Trabalhistas	Tributários	Processos adm.		
			Anatel	Cíveis e outros	
Provisões em 31 de dezembro de 2011	28.774	145.720	27.705	22.308	224.507
Depósitos judiciais	(14.587)	(68.659)	(1.754)	(4.651)	(89.651)
Provisões (depósitos judiciais), líquido	<u>14.187</u>	<u>77.061</u>	<u>25.951</u>	<u>17.657</u>	<u>134.856</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2012	28.774	145.720	27.705	22.308	224.507
Adições	7.845	28.855	4.745	5.862	47.307
Atualização monetária	1.214	8.699	1.504	13	11.430
Baixas	(6.390)	(17.296)	(10.722)	(5.453)	(39.861)
Transferências	-	-	-	-	-
Provisões em 31 de dezembro de 2012	31.443	165.978	23.232	22.730	243.383
Depósitos judiciais	(14.173)	(75.662)	(1.837)	(8.083)	(99.755)
Provisões (depósitos judiciais), líquido	<u>17.270</u>	<u>90.316</u>	<u>21.395</u>	<u>14.647</u>	<u>143.628</u>

	Individual			Total
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis e outros	
Provisões em 31 de dezembro de 2011	6.815	13.912	5.621	26.348
Depósitos judiciais	(4.796)	-	(1.116)	(5.912)
Provisões (depósitos judiciais), líquido	<u>2.019</u>	<u>13.912</u>	<u>4.505</u>	<u>20.436</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2012	6.815	13.912	5.621	26.348
Adições	(34)	-	-	(34)
Baixas	(5)	-	-	(5)
Provisões em 31 de dezembro de 2012	6.776	13.912	5.621	26.309
Depósitos judiciais	(4.939)	(25)	(986)	(5.950)
Provisões (depósitos judiciais), líquido	<u>1.837</u>	<u>13.887</u>	<u>4.635</u>	<u>20.359</u>

Os processos judiciais e administrativos e demais riscos têm como principais objetos:

Processos Cíveis e Processos Administrativos da ANATEL

- i.* Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL.
- ii.* Ações judiciais movidas por consumidores (inscrição em cadastro de inadimplentes, habilitação de serviços, contestação de contas e bloqueio de serviços);
- iii.* Discussões judiciais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais.
- iv.* Ação Civil Pública questionando alterações em planos de serviços.
- v.* Ação judicial discutindo percentual devido ao ECAD a título de direito autoral.
- vi.* Processos judiciais contra Concessionárias de Energia Elétrica, questionando valores exigidos pelo compartilhamento de infraestrutura. Embora a discussão seja de risco possível, há uma parte que a Companhia reconhece ser devida.
- vii.* Processo judicial discutindo multa aplicada pelo CADE

Trabalhistas

Reclamatórias trabalhistas em que se discutem vínculos de emprego, horas extras, indenizações por LER/DORT e diferenças salariais.

Tributárias

- i.* Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”): a Algar Tecnologia obteve decisão transitada em julgado e proferida nos autos de Ação Declaratória, na qual ficou reconhecida a inexistência de relação jurídica tributária decorrente da edição da Lei 7.689/88 que instituiu a CSLL. A Receita Federal do Brasil (“RFB”) desconsiderou os efeitos da referida decisão e lavrou autuação. (Valor da provisão: R\$ 14.916 - Depósito judicial vinculado: R\$ 9.498).

- ii.* Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”): a Companhia e suas controladas, CTBC Multimídia e CTBC Celular, mantêm discussão judicial em face das alterações impostas pela Súmula nº 07/2005 da ANATEL, que vedou a exclusão das receitas de interconexão e EILD da base de cálculo da contribuição, bem como impôs a sua cobrança retroativamente ao ano de 2000. (Valor da provisão: R\$ 25.692 - Depósito judicial vinculado: R\$ 23.764).
- iii.* Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”): a Companhia e suas controladas, CTBC Multimídia, CTBC Celular e Image, discutem a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, pois entendem que esta parcela não representa receita auferida (Valor da provisão: R\$ 36.645 e Depósito judicial vinculado: R\$ 36.734).
- iv.* Fundo de Investimento Social (“FINSOCIAL”): execução fiscal, cujo objeto são débitos alcançados pela decadência. A Companhia aderiu ao REFIS em 2000 para parcelamento de outros débitos e a RFB incluiu no parcelamento de forma unilateral os débitos em questão. Diante disso a Fazenda Nacional compreendeu que teria havido tácita renúncia ao direito sobre o qual se funda os Embargos a Execução. (Valor da provisão: R\$ 5.372).
- v.* PIS, COFINS, IRPJ e CSLL: a Companhia e suas controladas CTBC Celular e CTBC Multimídia, em dezembro de 2011, realizaram baixa de valores devidos a terceiros em decorrência do decurso do prazo prescricional aplicável. (Valor da provisão: R\$ 16.476).
- vi.* PIS e COFINS: a Companhia e a sua controlada CTBC Celular possuem discussão em relação ao enquadramento de produtos e serviços para apuração das contribuições. (Valor da provisão: R\$ 13.914).
- vii.* Imposto Sobre Serviços (“ISS”): a Companhia e a suas controladas CTBC Celular, Engeset e Algar Tecnologia têm situações de divergência quanto incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. (Valor da provisão: R\$ 3.806).
- viii.* ICMS: a Companhia e a sua controlada CTBC Celular, reclamam o reconhecimento do direito ao crédito de ICMS relativo aos estornos de débito, realizados em decorrência de erros de faturamento. (Valor da provisão: R\$ 2.186).
- ix.* ICMS: a controlada CTBC Multimídia possui discussão relativa ao aproveitamento de crédito de ICMS em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal. (Valor da provisão: R\$ 2.742).
- x.* INSS: A Controlada Algar Tecnologia, Algar Mídia e Engeset possuem divergências quanto a incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas de valores pagos a terceiros. (Valor da provisão: R\$ 7.766).
- xi.* Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE): A Companhia e a suas controladas CTBC Multimídia, CTBC Celular e Image questionam a legalidade e constitucionalidade da exação para as empresas de comunicações, uma vez que trata-se de contribuição destinada à promoção do audiovisual nacional não havendo pertinência com a prestação de serviço de comunicação para ensejar a intervenção no referido setor

econômico. (Valor envolvido: R\$ 2.088).

b. Processos judiciais e administrativos não provisionados

	Consolidado	
	2012	2011
Ocupação de faixa de domínio	20.049	18.885
INSS	21.740	17.714
TFI	17.099	16.176
ICMS	12.274	11.487
FUNTTTEL	4.619	4.470
FUST	13.631	3.234
ISS	24	3.843
EBC	16.770	3.212
Tributos federais	6.735	1.619
Outros	14.632	1.041
	127.573	81.681

Os principais processos tributários da Companhia e de suas controladas, com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

Tributárias

- i.* Tributos Federais: não homologações de compensações efetuadas pela Companhia e suas controladas considerando divergências entre as informações constantes de declarações de compensações e obrigações acessórias entregues ao fisco. (Valor envolvido: R\$ 1.576).
- ii.* Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”): cobrança em face da controlada CTBC Celular quando da prorrogação da autorização da licença para operação das suas estações. A cobrança está baseada em Resolução da ANATEL que ampliou a hipótese de incidência da referida taxa. A CTBC Celular ajuizou medida judicial para discussão dessa cobrança. (Valor envolvido: R\$ 16.870).
- iii.* Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (“FUNTTTEL”) e FUST: a Companhia e suas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image impugnam lançamentos a título de diferenças apuradas no recolhimento das contribuições ao FUNTTTEL e FUST em decorrência da inclusão na base de cálculo da contribuição de receitas de interconexão e de outros serviços que não constituem serviços de telecomunicações (Valor envolvido: R\$ 7.965).
- iv.* INSS: autuações pela RFB em face das controladas Algar Tecnologia e Algar Mídia que exigiu contribuições previdenciárias sobre o vale transporte consignado em folha de pagamento e contribuição patronal para a previdência privada. As controladas quitaram parte e parcelaram o restante dos débitos que entendiam devidos. A Fazenda Nacional executou a dívida que está sendo discutida por Embargos à Execução Fiscal. (Valor envolvido: R\$ 18.417).
- v.* Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (“EBC”): em outubro de 2007 foi editada a Medida Provisória nº 398, posteriormente convertida na Lei nº 11.652/08, que instituiu a Contribuição à Radiodifusão Pública, sendo que a Companhia e a controlada CTBC Celular

questionam judicialmente a inconstitucionalidade da referida Contribuição. Os valores devidos estão sendo depositados em juízo. (Valor envolvido: R\$ 4.549 – depositado judicialmente).

- vi.* ISS: A Controlada CTBC Multimídia possui discussão com Municipalidades, questionando a incidência de ISS sobre a locação de fibra óptica apagada. . (Valor envolvido: R\$ 4.204)
- vii.* ICMS Importação: Execução fiscal movida pelo Estado de MG em desfavor da controlada CTBC Celular para cobrança de ICMS na importação de equipamentos realizada por fornecedor da referida controlada, o qual promoveu a entrada dos equipamentos pelo Estado de SP onde é sediada. (Valor envolvido: R\$ 6.319).
- viii.* ICMS: A controlada CTBC Multimídia possui discussão relativa a escrituração de crédito de ICMS em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal. (Valor envolvido: R\$ 4.299).
- ix.* Demandas judiciais com Concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea de cabos na faixa de domínio a qual é considerada bem de uso comum, não abarcado no objeto da concessão outorgada às Concessionárias. (Valor envolvido: R\$ 19.708).
- x.* Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE): A Companhia e a suas controladas CTBC Multimídia, CTBC Celular e Image questionam a legalidade e constitucionalidade da exação para as empresas de comunicações, uma vez que trata-se de contribuição destinada à promoção do audiovisual nacional não havendo pertinência com a prestação de serviço de comunicação para ensejar a intervenção no referido setor econômico, especificamente quanto a não observância dos princípios da anterioridade e irretroatividade da contribuição. (Valor envolvido: R\$ 3.057 – depositado judicialmente).

Processos Cíveis e Processos Administrativos da ANATEL

- i.* Processos judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL.
- ii.* Discussões contratuais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais.
- iii.* Demandas administrativa e judicial em que se discute a divergência na base de cálculo dos montantes devidos na prorrogação da concessão do STFC e autorização SMP.
- iv.* Processos judiciais contra Concessionárias de Energia Elétrica, questionando valores exigidos pelo compartilhamento de infraestrutura.
- v.* Ação judicial pautada em direito autoral em virtude de suposta utilização irregular de serviço patentado.
- vi.* Processos judiciais discutindo a distribuição e comercialização de cartões indutivos de telefones de uso público.
- vii.* Ação judicial discutindo percentual devido ao ECAD a título de direito autoral.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado da Companhia é representado por 150.000.000 de ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

As ações preferenciais não conferem a seus titulares direito de voto nas deliberações sociais e têm os seguintes direitos: a) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido; b) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no saldo remanescente do lucro líquido, após pagamento do dividendo obrigatório aos titulares das ações ordinárias; c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e d) dividendos 10% maiores em relação às ações ordinárias.

Em 23 de abril de 2012 a AGO/E aprovou aumento de capital com lucros retidos no valor de R\$ 132.648, passando o capital de R\$ 625.412 para R\$ 758.060.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 758.061 representado por 50.682.049 ações, sendo 50.681.367 ações ordinárias e 682 ações preferenciais.

b. Valores a restituir a acionistas

Em dezembro de 2011, a controlada CTBC Telecom e as controladas indiretas CTBC Celular e CTBC Multimídia realizaram a baixa dos valores a restituir decorrentes do grupamento de ações realizado em janeiro de 2006, tendo por base a decorrência do prazo prescricional previsto na legislação civil aplicados a créditos não resgatados. Os valores baixados foram R\$ 15.312 na Companhia, R\$ 6.299 na CTBC Celular e R\$ 6.852 na CTBC Multimídia, totalizando R\$ 28.463.

Conforme aprovado pelas as Assembleias Gerais Extraordinárias de 8 de outubro de 2012, as controladas CTBC Celular e CTBC Multimídia realizaram os grupamentos das ações constitutivas dos seus capitais sociais. O grupamento na CTBC Celular foi realizado na proporção de 20/1, ou seja, 20 (vinte) ações para 1 (uma) ação e na CTBC Multimídia o grupamento foi de 150/1, significando 150 (cento e cinquenta) ações para 1 (uma) ação.

As frações de ações que não tiveram a integralização de capital para completar 1 (uma) ação foram convertidas em valor com base no valor patrimonial da ação (VPA) de 30 de setembro de 2012 das respectivas controladas e contabilizado no passivo circulante como valores a restituir aos acionistas, em contrapartida da conta contábil reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido. O valor total a restituir, à disposição dos acionistas é R\$ 9.934, sendo R\$ 3.536 apurados pela CTBC Celular e R\$ 6.398 apurados pela Multimídia.

c. Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, respeitando o limite máximo de 20% do capital social.

d. Reserva de lucros

O saldo remanescente dos lucros acumulados foi reclassificado para reserva de lucros, em rubrica própria denominada “Reserva de retenção de lucros”, conforme disposição da Lei 11.638/2007, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da

Administração, com base em orçamento a ser aprovado em Assembleia de Acionistas.

e. Dividendos e juros sobre o capital próprio

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a seus acionistas assegurada a prioridade no reembolso de capital.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6404/1976.

Os dividendos propostos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são demonstrados a seguir:

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	152.925	180.115
Realização de reservas e custo atribuído	958	7.182
Resultado base para apropriação da reserva legal	153.883	187.297
Reserva legal - 5%	(7.694)	(9.365)
Resultado base para distribuição de dividendos	146.189	177.932
Dividendos mínimos	36.547	44.483

Por proposta da Administração foram creditados juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) nos termos da Lei nº 9.249/95, tendo sido contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos de despesas financeiras e estão sendo apresentados no patrimônio líquido como destinação de lucros do exercício. Os juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo obrigatório pelo valor líquido do imposto de renda na fonte.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

Na transição das práticas contábeis anteriores para o IFRS/CPCs foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados nas classes de terrenos e edificações de certas controladas, de forma a refletir os valores justos desses ativos na data de adoção dos novos pronunciamentos do CPC e IFRS. A Companhia registrou na conta ajuste de avaliação patrimonial o efeito reflexo dos ajustes realizados nas controladas. A realização do ajuste de avaliação patrimonial para lucros acumulados ocorre na proporção da realização do ativo imobilizado correspondente.

21 Contratos Rio Quente Vacation Club – (“RQVC”)

O RQVC é uma modalidade de “*Time Share*”, que utiliza-se de uma de suas definições para a comercialização do direito de uso de unidade hoteleira. Criada em 1999 pela controlada indireta CTRQ, o RQVC visa gerar receita adicional com a ociosidade da capacidade hoteleira instalada. Ao aderir ao programa, o cliente opta pela compra de uma certa quantidade de pontos com prazo de validade para serem utilizados de acordo com as regras de cada produto, estabelecido em contrato firmado entre a CTRQ e o cliente, que serão utilizados conforme a conveniência do cliente. Anualmente, o cliente pode utilizar quantos pontos convier, contudo, caso ele não utilize dentro do período aquisitivo de seu contrato, fica obrigado ao pagamento de uma taxa de manutenção, uma espécie de condomínio anual, além do débito de uma certa quantidade de pontos que é obtida através da divisão da pontuação adquirida pelo prazo de validade. O contrato se extingue quando o saldo de pontos é utilizado ou pela sua validade, considerando o que ocorrer primeiro. Ao utilizar os apartamentos do complexo o cliente está trocando pontos por

hospedagem. Esses pontos são contabilizados como receita levando-se em conta a divisão do valor do contrato pela quantidade de pontos adquiridos, determinando o seu valor individual. A cada utilização é cobrada dos adquirentes uma taxa de manutenção, de acordo com o contrato firmado, sendo reajustada anualmente pelo IGP-M, visando cobrir todos os custos fixos e variáveis da estada como lavanderia, limpeza, roupas de cama, entre outros.

Partes dos valores recebidos são classificadas no grupo de “passivo circulante” ante a expectativa de realização prevista para o exercício seguinte.

	Consolidado	
	2012	2011
Circulante	14.394	13.908
Não circulante	55.668	43.739
	70.062	57.647

22 Benefícios a empregados - Plano de Aposentadoria Algar-Prev

A Companhia e suas controladas e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um Plano de Aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev.

Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos:

- a. Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente;
- b. Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia e suas controladas o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a contribuição relativa à parcela da Companhia e suas controladas foi de aproximadamente R\$ 4.246 (R\$ 3.693 em 2011).

23 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorreram de transações da Companhia com sua controladora, empresas controladas, coligadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

As transações entre as empresas do grupo abrangem as operações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços, assim como certas transações de recursos financeiros, conforme detalhado abaixo nas respectivas rubricas contábeis:

Consolidado	2012	
Ativo circulante	Contas a receber	Total
Árvore S.A	149	149
Instituto Algar de Responsabilidade Social	1	1
Total	150	150

Não houve movimentação do consolidado em 2011.

Individual			2012
Ativo circulante	Contas a receber	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber - partes relacionadas	Total
	(a)	(g)	
CTBC Telecom	2.129	29.113	31.242
CTBC Celular	523	313	836
Engeset	151	-	151
CTBC	1.161	-	1.161
Multimidia			
Image Telecom	62	-	62
Algar Midia	82	-	82
Algar	569	-	569
Tecnologia			
Algar Agro	-	1.379	1.379
ABC Inco	840	457	1.297
ABC A & P	77	-	77
COMTEC	-	616	616
Algar Aviation	64	-	64
Space	44	-	44
Vigilancia			
Algar	44	731	775
Segurança			
Unialgar	1	-	1
RQ EMPAR	-	3.101	3.101
Total	5.747	35.710	41.457

Individual			2011
Ativo circulante	Contas a receber	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber - partes relacionadas	Total
	(a)	(g)	
CTBC Telecom	1.320	30.278	31.598
Engeset	62	-	62
Algar Agro	536	6.078	6.614
Algar Aviation	30	25	55
Outros	2.684	477	3.161
Total	4.632	36.858	41.490

Passivo circulante	Consolidado		2012
	Fornecedores	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	
		(b)	(c)
Árvore S.A	3.875	50.735	54.610
Instituto Algar de Responsabilidade Social	265	-	265
Total	4.140	50.735	54.875

Passivo circulante	Consolidado		2011
	Fornecedores	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	
		(b)	(c)
Árvore S.A	3.386	57.612	60.998
Outros	-	7.007	7.007
Total	3.386	64.619	68.005

Passivo circulante	Individual			2012
	Fornecedores	Títulos a pagar	Dividendos	Total
	(b)	(b)	(c)	
CTBC Telecom	-	220	-	220
CTBC Celular	1	-	-	1
Algar Tecnologia	142	-	-	142
Synos	86	-	-	86
Space Vigilância	84	-	-	84
Algar Segurança	37	-	-	37
Árvore S.A	3.874	-	50.735	54.609
Total	4.224	220	50.735	55.179

Passivo circulante	Individual		2011
	Títulos a pagar	Dividendos	Total
	(b)	(c)	
Space Empreendimentos	-	8.493	8.493
Árvore S.A.	3.386	57.612	60.998
Outros	522	14.275	14.797
Total	3.908	80.380	84.288

Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Passivo não circulante	Consolidado	2012
	Débitos partes relacionadas	Total
	(f)	
Algar S.A. Participações	1.147	1.147
Total	1.147	1.147

Não houve movimentação no passivo não circulante em 2011.

Passivo não circulante	Individual	2012
	Débitos partes relacionadas	Total
	(f)	
Engeset	2.740	2.740
Total	2.740	2.740

Passivo não circulante	Individual	2011
	Débitos partes relacionadas	Total
	(f)	
CTBC Telecom	1.749	1.749
Outros	9.136	9.136
Total	10.885	10.885

	Consolidado				2012	
	Custos das				Receitas	Despesas
	Receita operacional	mercadorias e Serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas		
	bruta	(f)	(e)	(f)	(h)	(h)
Árvore S.A	524	(829)	(1.049)	(249)	3.550	(138)
Instituto Algar de Responsabilidade Social	65	-	(1.780)	(21)	-	-
Total	589	(829)	(2.829)	(270)	3.550	(138)

	Consolidado
	2011
	Despesas financeiras
	(h)
Outros	(330)
Total	(330)

Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	Individual				2012	
	Receita	Custos das	Despesas	Despesas	Receitas	Despesas
	operacional	mercadorias e	com	Gerais e	financeiras	financeiras
	bruta	Serviços	vendas	Administra		
(d)	prestados	(e)	tivas	(f)	(h)	(h)
Algar S/A	225	-	-	-	189	-
CTBC Telecom	-	-	-	-	-	-
CTBC Celular	8.106	(40.541)	1	(0)	236	-
Engeset	322	(36.819)	(73)	-	19	(319)
CTBC	6.574	(12.503)	0	-	-	-
Multimídia						
Algar Mídia	380	(5)	(330)	(52)	-	-
Algar Tecnologia	1.626	(6.364)	(16.669)	(3.541)	10	-
Synos	35	(252)	-	(689)	-	-
ABC Inco	369	(27)	-	-	1	-
ABC A & P	7	-	-	-	-	-
COMTEC	33	-	-	-	-	-
Algar Aviation	98	-	-	(128)	-	-
Space Vigilância	7	(28)	(10)	(183)	-	-
Algar Segurança	288	(39)	(668)	(685)	-	-
Space	46	(5.825)	(4.965)	(2.496)	-	-
Empreendimentos						
Unialgar	2	(1.383)	(1.666)	(1.369)	-	-
CTRQ	682	(14)	(154)	(58)	-	-
Árvore S.A	3	(807)	(1.049)	(245)	-	-
Instituto Algar de Responsabilidade Social	2	-	(799)	(21)	-	-
Total	18.805	(104.607)	(26.382)	(9.467)	455	(319)

	Individual	2011
	Receitas	Despesas
	financeiras	financeiras
	(h)	(h)
CTBC Telecom	-	(204)
Engeset	-	(263)
Algar Aviation	35	-
Outros	-	(379)
Total	35	(846)

Os saldos e valores de correntes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue:

- (a) Refere-se a contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais da empresas.
- (b) Obrigações pelo fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar.

- (c) Saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar à controladora e a outras empresas detentoras de participações societárias.
- (d) Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas.
- (e) Refere-se a custos e despesas com serviços de telecomunicações; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, manobrista, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; Serviço de telemarketing, administração de *call center*, locação de pontos de atendimento, cobrança e *back office*.
- (f) Débitos por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar decorrentes de negociação corporativa com o partilhamento de soluções de infraestruturas utilizadas nas atividades operacionais.
- (g) Saldos de dividendos a receber de controladas.
- (h) Operação de mútuo com partes relacionadas.

Remuneração dos Administradores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários são computadas como despesas gerais e administrativas do período, incluindo os benefícios e encargos sociais correspondentes, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
Salários e outros benefícios de curto prazo - Diretoria	20.244	20.923
Honorários - Conselho de Administração e Comitês	479	495
	20.723	21.418

Avais e fianças

31/12/2012				
Empresa	Garantidor	Instituição Financeira	Saldo Devedor	Total por empresa
Algar S.A.	CTBC Telecom	Itaú BBA	17.375	17.375
CTBC Telecom		BDMG	27.312	
		BNDES	97.409	
		HSBC	60.812	
		Safra	36.242	221.775
CTBC Celular	Algar S.A. e CTBC Telecom	Safra	22.303	
		BDMG	52.307	
		BNDES	13.809	
	Algar S.A.	BNDES	1.979	90.397
CTBC Multimídia	Algar S.A. e CTBC Telecom	Banco do Brasil	574	
		BDMG	800	

Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

		BNDES	11.902	
Image	Algar S.A. e CTBC Telecom	BDMG	412	
		BNDES	5.599	
	Algar S.A.	BNDES	523	19.811
	Algar S.A.	BNDES	60.131	60.131
Engeset	Algar S.A.	Banco do Brasil	957	
		IBM	3.610	4.566
Algar Aviation	Algar S.A.	Banco do Brasil	1.387	
		IBM	8.943	
		HSBC	4.941	
		Santander	10.204	
		1st Source Bank	17.160	42.635
Space Empreendimentos	Algar S.A.	Itaú BBA	5.471	
		Santander	8.125	13.596
Algar Segurança	Algar S.A.	Banco do Brasil	2.240	
		IBM	1.745	3.985
Algar Agro	Algar S.A.	Banco do Brasil	233.089	
		Banco da Amazonia	7.543	
		BTG Pactual	237.927	
		Safra	42.023	520.582

31/12/2011

Empresa	Garantidor	Instituição Financeira	Saldo Devedor	Total por empresa
CTBC Telecom	Algar S.A.	BDMG	34.605	
		BNDES	100.385	
		HSBC	60.027	
		Itaú BBA	40.829	
		Safra	32.843	268.689
CTBC Celular	Algar S.A.	Unibanco	379	379
	Algar S.A. e CTBC Telecom	Safra	20.211	
		BDMG	34.756	
		BNDES	15.075	70.042
CTBC Multimídia	Algar S.A.	Banco do Brasil	1.264	1.264
	Salgar S.A. e CTBC Telecom	BDMG	1.086	
		BNDES	13.221	14.307
Image	Algar S.A. e CTBC Telecom	BDMG	557	
		BNDES	5.116	5.673
Algar Aviation	Algar S.A.	Banco do Brasil	1.115	
		Banco IBM	6.101	
		HSBC	765	

Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

		Santander	11.722	19.703
ABC Inco	Algar S.A.	Banco do Brasil	252.472	
		Safra	57.618	
		BASA	8.082	
		Pactual	116.346	434.518
Algar S.A	CTBC Telecom	Itaú BBA	19.640	19.640

Como uma alternativa de garantia para empréstimos financeiros e ações judiciais, a Companhia e as controladas utilizam imóveis de propriedade de empresas do Grupo Algar. A remuneração é definida através de política do Grupo e paga anualmente. Em 2012, foram incorridos os seguintes valores: R\$ 1.025 de remuneração à Space Empreendimentos, sendo a despesa distribuída às seguintes empresas: R\$ 400 para Companhia, R\$ 538 CTBC Celular, R\$ 37 CTBC Multimídia, R\$ 10 Image, R\$ 36 Engeset, R\$ 1 Algar Tecnologia/Synos e R\$ 3 Algar Mídia e à Algar Tecnologia a remuneração de R\$ 72 paga pela Companhia.

24 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2012	2011
Serviço telefônico fixo	1.020.828	969.966
Serviço telefônico celular	319.857	302.044
BPO/TI e consultoria	438.978	392.748
TV por assinatura	84.214	77.195
Gráfica e editoração	43.900	42.417
Serviços de construção e manutenção	80.135	62.256
Comunicação multimídia	342.754	309.874
Total setor Telecom e TI	2.330.666	2.156.500
<i>Commodities</i> grãos	608.321	459.880
<i>Commodities</i> óleo degomado e farelo	654.550	448.848
Óleo envasado	418.289	268.276
Outras receitas indústria e comércio	8.209	-
Agricultura e pecuária	55.669	-
Total setor Agro	1.745.038	1.177.004
Transporte de passageiros, fretamento, manutenção e venda de aeronaves	48.721	48.872
Serviços de tecnologia em segurança e vigilância patrimonial	144.615	111.130
Hot Park, Praia do Serrado, turismo e hotelaria	113.836	97.162
Outros	1.893	36.867
Total setor serviços e entretenimento	309.065	294.031
Receita operacional bruta	4.384.769	3.627.535
Deduções das vendas	(664.875)	(576.429)
Receita operacional líquida	3.719.894	3.051.106

25 Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	2012	2011
Pessoal	(514.968)	(489.649)
Materiais	(32.742)	(69.845)
Serviços de terceiros	(257.315)	(206.832)
Custo de aquisição de matéria-prima e insumos	(1.212.822)	(881.795)
Custos de interconexão	(176.589)	(210.077)
Meios de conexão - EILD	(44.654)	(39.695)
Depreciação e amortização	(145.454)	(138.008)
Outros	(97.328)	(109.505)
	<u>(2.481.872)</u>	<u>(2.145.406)</u>

26 Despesas com vendas

	Consolidado	
	2012	2011
Pessoal	(128.796)	(132.537)
Material	(1.942)	(1.857)
Serviços de terceiros	(165.958)	(168.328)
Depreciação e amortização	(4.300)	(3.148)
Outros	(72.743)	(39.714)
	<u>(373.739)</u>	<u>(345.584)</u>

(*) É composto por serviços de propaganda e publicidade, gastos com transporte, exportação, armazenagens entre outros.

27 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	2012	2011
Pessoal	(107.680)	(89.670)
Materiais	(2.478)	(1.850)
Depreciação e amortização	(23.297)	(20.013)
Serviços terceiros	(105.496)	(70.612)
Outros	(5.930)	(15.426)
	<u>(244.881)</u>	<u>(197.571)</u>

(*) É composto por serviços de assessoria, consultoria, e operação de terceirização de backoffice.

28 Resultado financeiro líquido

	Consolidado	
	2012	2011
Receita de aplicações financeiras	16.147	23.720
Juros e multas sobre contas recebidas em atraso	4.693	5.605
Variação cambial e monetária ativa	19.976	33.866
Ganhos com derivativos	322.227	271.421
Receita com marcação a mercado de ativos	103.207	-
Juros sobre impostos, taxas e contribuições	4.439	6.753
Outras receitas financeiras	29.554	17.282
Total das receitas financeiras	500.243	358.647
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	(127.078)	(108.404)
Juros sobre debêntures	(18.228)	(28.240)
Variação cambiais e monetária passivas	(102.204)	(98.580)
Descontos concedidos	(6.097)	(6.776)
Encargos sobre contingências, impostos e taxas	(15.429)	(19.469)
Taxa e tarifas bancárias	(16.110)	(17.358)
Perdas com derivativos	(568.859)	(201.163)
Outras despesas financeiras	(20.928)	(8.191)
Total das despesas financeiras	(874.935)	(488.181)
Despesas financeiras, líquidas	(374.690)	(129.534)

29 Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2012	2011
Despesas com concessão	(5.124)	(4.782)
Provisões	(38.542)	(36.829)
Reversão de provisões	18.895	5.969
Multas sobre serviços de telecomunicações e contratuais	16.701	10.929
Ganho na venda de imobilizado	4.822	4.621
Ociosidade industrial	(575)	(968)
Reversão valores a restituir acionistas	-	28.463
Outras	6.847	1.907
Total	3.024	9.310

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos e não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (instrumentos de “*hedge*”) é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, crédito, financeiro) o qual é aprovado pelo Conselho de Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Conselho de Administração da Companhia vem realizando trabalhos, em conjunto com o departamento de Auditoria Interna, a fim de implementar políticas para que não haja contratação de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (“*hedge*”) considerados padrão e com riscos conhecidos (“*plain-vanilla*” no termo em inglês). Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Com relação aos limites relativos à exposição financeira, a administração definiu tais limites em função do elevado número de transações, de vencimentos e de volumes envolvidos. Esses limites permitem que a Companhia e sua controlada possam desenvolver e estruturar suas operações da forma mais adequadas ao seu fluxo operacional.

Os riscos relacionados à exposição financeira são monitorados diariamente por meio da elaboração de relatórios de gestão e análises de riscos elaborados pela área financeira. A controlada direta ABC Inco e suas controladas realizam operações de compras e vendas a termo de commodities. Esses contratos fazem parte de suas atividades operacionais. Porém, pelas características nas quais são negociadas, com preço fixo, desembolso inicial inexistente e entrega ou recebimento de commodities em data futura, configuram-se como instrumentos financeiros derivativos.

Como forma de proteção dos riscos existentes até o momento do recebimento do produto ou sua entrega, a controlada ABC Inco opera na *Chicago Board of Trading* - CBOT com contratos futuros e opções de *commodities*, utilizados para proteção da exposição ao risco de oscilação dos preços de mercado das compras e vendas a termo de *commodities*.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado.

As estimativas dos valores justos dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 considerou os seguintes métodos e premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa: estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Aplicações financeiras: estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Contas a receber de clientes - mercados interno e externo: decorrem diretamente das operações da Companhia e sua controlada, são classificados como mantidos até o vencimento, estão registrados pelos seus valores originais, ajustados pela variação cambial, quando aplicável, e

sujeitos a provisão para perdas. Os valores contabilizados se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Adiantamentos a fornecedores (produtores de soja): são oriundos das operações de aquisição de soja da Companhia e sua controlada e estão contabilizados pelos valores contratuais e corrigidos monetariamente, os quais são equivalentes ao valor de mercado. Estes valores estão sujeitos à provisão para perdas.
- Empréstimos e financiamentos (em moeda nacional e estrangeira) e adiantamentos de clientes: são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da controlada direta ABC Inco estão classificados nas seguintes categorias:

- (i)** Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado;
- (ii)** Custo amortizado; e
- (iii)** Empréstimos e recebíveis.

As posições, em dezembro de 2012 e 2011, dos instrumentos financeiros da controlada direta ABC Inco e as controladas indiretas eram as seguintes:

	Categoria	Consolidado		Individual	
		2012	2011	2012	2011
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	(iii)	282.480	258.071	281.765	257.663
Aplicações financeiras	(ii)	18.581	50.515	18.581	50.515
Contas a receber	(iii)	77.642	90.605	75.950	87.951
Derivativos (NDF e Futuros CBOT)	(i)	69.104	20.342	69.104	20.342
Contratos a termo de soja	(i)	95.039	38.237	95.039	38.237
Adiantamento a fornecedor de soja	(iii)	245.762	238.491	257.232	243.694
Adiantamento a terceiros	(iii)	22.658	5.665	21.957	5.665
Dividendos a receber	(iii)	-	-	3.892	3.249
Total do ativo		811.266	701.926	823.520	707.316
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	(ii)	1.053.698	842.055	1.052.457	840.327
Adiantamento de clientes	(iii)	27.661	17.377	26.926	16.117
Fornecedores	(i)	47.017	38.521	44.982	36.859
Instrumentos financeiros derivativos	(i)	25.726	6.196	25.726	6.196
Débitos com partes relacionadas	(iii)	131	3.012	-	8.907
Total do passivo		1.154.233	907.161	1.150.091	908.406

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 considerou os seguintes métodos e premissas:

- **Contratos futuros e opções (CBOT):** - os valores de mercado dos contratos futuros e de opções de soja, farelo e óleo foram obtidos através de informações disponíveis no mercado ativo (corretoras) onde esses instrumentos financeiros são negociados.
- **Swaps :** Para os *Swaps* utilizados para versão dos custos dos empréstimos contratados em moeda nacional, considerou-se a mesma prática contábil aplicada aos empréstimos e financiamentos.
- **Non Deliverable Forward (“NDF”):** os valores de mercado dos contratos de NDF foram obtidos através de informações disponíveis no mercado ativo onde esses instrumentos financeiros são negociados.
- **Contratos a termo:** o valor justo é obtido mediante utilização de dados de mercado na data da apuração (CBOT) e a sua respectiva *Basis*, referente aos componentes que formam os preços de negociação no mercado local.

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem as estratégias de proteção de preços e de taxas de câmbio e de juros estabelecidas pela controlada direta ABC Inco e as controladas indiretas.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a ABC Inco possuía as seguintes posições com instrumentos financeiros derivativos:

	Consolidado			
	2012		2011	
	Valor notional (R\$)	Valor justo (R\$)	Valor notional (R\$)	Valor justo (R\$)
Non-deliverable forwards				
CBOT	6.352	12.530	81.234	14.728
Bancos	400.700	(6.172)	207.848	(6.483)
Contratos Swap				
Swap de Taxas de Juros	223.176	(19.554)	55.000	287
Total derivativos de moedas	630.228	(13.196)	344.082	8.532
Contratos futuros	681.789	56.574	500.168	5.614
Contratos a termo de <i>commodities</i>	70.695	95.039	323.607	38.237
Total de derivativos de commodities	752.484	151.613	823.775	43.851

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo conforme demonstrado acima.

A controlada direta ABC Inco mantém controles internos com relação aos seus instrumentos

derivativos, que na opinião da Administração são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. A controlada indireta não possuía operações com derivativos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

c. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos que são atualizados pelas cotações dos preços de mercado divulgados pelas bolsas de mercadorias CBOT;

Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço), ou seja, valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo, que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo.

Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado, ou seja, valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na entidade. O valor justo do nível 3 é estimado usando informações sobre preços de mercados menos ativos e/ou em premissas desenvolvidas internamente pela administração. Para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizados tanto *inputs* oriundos de mercados observáveis como não observáveis. Qualificam-se nesse nível os contratos de compra e venda a termo de commodities que são mensurados ao valor justo, mediante utilização de dados de mercado na data de apuração, referentes aos componentes que formam os preços de negociação destas operações e os estoques físicos em momentos que o mercado não apresenta liquidez (período entressafra). Esses inputs incluem preços orientados pela ESALQ, Safras e Mercados, CBOT, e os itens não observáveis em função do histórico de negócios realizados pela controlada.

A controlada direta ABC Inco e as controladas indiretas evidenciam no quadro abaixo, os seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

	Consolidado e Individual							
	2012				2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Contratos NDF (CBOT)	12.530	-	-	12.530	14.728	-	-	14.728
Contratos de futuros (Commodities)	56.574	-	-	56.574	5.614	-	-	5.614
Contratos NDF (bancos)	-	(6.172)	-	(6.172)	-	287	-	287
Contratos Swap's	-	(19.554)	-	(19.554)	-	(6.483)	-	(6.483)
Contratos a termo	-	-	95.039	95.039	-	-	38.237	38.237
Estoque de commodities	-	-	69.139	69.139	-	-	13.876	13.876
	69.104	(25.726)	164.178	207.556	20.342	(6.196)	52.113	66.259

O valor justo é realizado sobre os contratos de compra e venda que já possuem preços fixados, porém ainda não foram recebidos ou entregues, levando em consideração para a valorização o preço de mercado ao final de cada período, reconhecendo assim uma perda ou ganho pela diferença existente entre os dois preços, essa diferença é contabilizada no resultado do período,

na linha de receitas (despesas) financeiras. Observa-se que o contrato a termo tem sua mensuração baseada no preço justo do estoque de commodities.

A ABC Inco e sua controlada auferiram ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos, conforme o quadro abaixo:

	Consolidado					
	Efeito no balanço patrimonial		Efeitos no resultado (*)	Efeito no balanço patrimonial		Efeitos no resultado (*)
	2012			2011		
	Ativo circulante	Passivo circulante		Ativo circulante	Passivo circulante	
Riscos cambiais						
<i>NDF (CBOT)</i>	12.530	-	2.244	14.728	-	14.076
<i>NDF (bancos)</i>	-	(6.172)	(9.318)	-	(6.483)	(9.056)
<i>Swap's</i>	-	(19.554)	(21.940)	-	287	2.613
Opções de moeda	12.530	(25.726)	(29.014)	14.728	(6.196)	7.633
Operações com commodities						
Operações a termo	95.039	-	80.349	38.237	-	(55.301)
Operações com futuros de <i>commodities</i>	56.574	-	(215.344)	5.614	-	117.081
	<u>151.613</u>	<u>-</u>	<u>(134.995)</u>	<u>43.851</u>	<u>-</u>	<u>61.780</u>
	<u>164.143</u>	<u>(25.726)</u>	<u>(164.009)</u>	<u>58.579</u>	<u>(6.196)</u>	<u>69.413</u>

(*) Composto dos resultados das operações realizadas e não realizadas.

d. Análise de sensibilidade

A Controlada direta ABC Inco e as controladas indiretas realizam suas análises de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado pela administração.

A controlada direta ABC Inco e as controladas indiretas acompanham e analisam somente as variações nos preços de *commodities*, variação cambial e variação nas taxas de juros como fatores principais de risco.

Preço das commodities

A ABC Inco e suas controladas realizam suas análises de sensibilidade dos preços de *commodities* com base nos cenários abaixo:

Cenário I- considerado como referencial pela ABC Inco e suas controladas: são os preços (marcados a mercado) das *commodities* dos derivativos negociados pela ABC Inco e com posições em aberto na data de fechamento. Com base na compilação de projeções mercadológicas extraídas de relatórios das principais consultorias e corretoras de origem nacional e internacional.

Cenário II e III - este cenário considera uma oscilação negativa (deterioração) de 25% e 50% sobre os preços (marcados a mercado) das *commodities* dos derivativos negociados pela ABC Inco e com posições em aberto na data de fechamento.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações dos instrumentos financeiros derivativos sob cada cenário.

Operações	Consolidado		
	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração	Cenário (III) Deterioração
Contratos de compra a termo	95.039	(143.887)	(382.800)
Contratos futuros e opções de <i>commodities</i>	56.574	218.051	380.143
Estoques de <i>commodities</i>	69.139	8.393	(52.349)
Total	220.752	82.557	(55.006)

Câmbio e taxas de juros

A ABC Inco e suas controladas incluem na análise de sensibilidade da variação cambial e taxas de juros com base nos cenários abaixo:

Cenário I- considerado como referencial pela ABC Inco e suas controladas: obtido através da cotação do câmbio a R\$ 2,0435/US\$ e taxas CDI, com base na compilação de projeções mercadológicas extraídas de relatórios das principais consultorias, instituições financeiras nacionais e internacionais e do Banco Central do Brasil.

Cenário II e III - redução sobre as taxas CDI e cambio – este cenário considera redução (deterioração) de 25% e 50% sobre as taxas de juros (marcados a mercado) dos derivativos financeiros contratados pela ABC Inco e suas controladas e com posições em aberto na data de fechamento.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações dos instrumentos financeiros derivativos sob cada cenário:

Operações	Consolidado		
	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração	Cenário (III) Deterioração
NDFs (corretoras)	12.530	14.202	15.881
NDFs (bancos)	(6.172)	93.548	194.568
SWAP	(19.554)	(9.003)	1.519
Total	(13.196)	98.747	211.968

e. Gerenciamento de riscos

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Através de treinamentos e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma na qual a administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de risco de suas controladas, e revisa a estrutura de risco determinada. O comitê de auditoria conta com um time de auditoria interna na execução de suas atribuições. Este time realiza procedimentos regulares e esporádicos nas políticas e procedimentos de risco e o resultado destes procedimentos é reportado para o comitê de auditoria.

A controlada direta CTBC Telecom tem exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a controlada direta CTBC Telecom e as controladas indiretas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis em títulos de investimento.

O ativo da controlada CTBC Telecom e controlados avaliado como sujeito a risco de crédito, suscetível de eventual perda é o contas a receber e na avaliação da controlada não há outros ativos relevantes sujeito a risco de crédito.

Contas a receber de clientes

A controlada direta CTBC Telecom e as controladas indiretas monitoram continuamente o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência. O risco de crédito de contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos celulares e distribuição de cartões pré-pagos e cartões indutivos.

O acesso dos clientes de prestação de serviços de telefonia fixa é bloqueado parcialmente sempre que sua conta não é paga há mais de trinta dias, e com mais de sessenta dias ocorre o bloqueio total. Exceções compreendem somente serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional. A CTBC Telecom mantém limites de créditos para seus revendedores e distribuidores de cartões pré-pago e indutivos, que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência.

O acesso dos clientes de prestação de serviços de telefonia móvel celular da CTBC Celular é bloqueado parcialmente sempre que sua conta não é paga há mais de quinze dias, e com mais de trinta dias ocorre o bloqueio total.

O risco de crédito de contas a receber de prestação de serviços da CTBC Celular é diversificado. A CTBC Celular mantém limites de crédito para os revendedores de aparelhos celulares e distribuidores de cartões pré-pago que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência, com garantias de nota promissória e outras garantias reais.

O risco de crédito relativo às prestações de serviços da Algar Tecnologia, bem como o risco de concentração da receita em poucos clientes são minimizados através de uma criteriosa análise de

crédito. Essa análise é definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação.

A mesma política é utilizada para análise de crédito abrangendo as demais controladas, sendo definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência.

A exposição da controlada CTBC Telecom ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Porém, a Administração da CTBC Telecom também considera estes riscos, levando em consideração os riscos por região, através de históricos de créditos com liquidação duvidosa. O gerenciamento de riscos de crédito do contas a receber, apresenta os seguintes aspectos por empresa:

- Na controlada CTBC Telecom e nas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia, Algar Mídia e Image - as receitas são pulverizadas através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos.
- Para as controladas Algar Tecnologia e Engeset, segue a demonstração da dependência do Grupo e concentração de receita:

Controlada	Receita intra grupo econômico		Concentração da receita		
	2012	2011	Nº de clientes	2012	2011
Algar Tecnologia	15,1%	11,9%	3	44%	44%
Engeset	50,2%	52,0%	4	87%	87%

- A administração estabeleceu políticas de créditos sob as quais os clientes são analisados individualmente visando a um tratamento adequado para as diversas situações identificadas, tendo por base uma análise de crédito eficaz.

Garantias

As políticas internas do Grupo Algar preveem a prestação de garantias financeiras entre as empresas ligadas, sempre com base em análise criteriosa da operação realizada, bem como da viabilidade para as empresas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a controlada CTBC Telecom e suas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia, Image, Algar Mídia e Synos e a controladora Algar S.A. eram garantidoras de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras (Nota Explicativa 23).

b. Risco de liquidez

A Administração da controlada CTBC Telecom gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida estão apresentados abaixo:

Consolidado					
2012					
Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	614.330	771.292	320.312	412.377	38.603
Debêntures	310.724	532.141	82.784	258.503	190.854
Passivo de arrendamento financeiro	461	511	342	169	-
Total	925.515	1.303.944	403.438	671.049	229.457

Individual					
2012					
Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	349.397	437.801	179.754	241.103	16.945
Debêntures	310.724	532.141	82.784	258.503	190.854
Passivo de arrendamento financeiro	115	116	116	-	-
Total	660.236	970.058	262.654	499.606	207.799

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

c. Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela controlada CTBC Telecom, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da CTBC Telecom aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

A CTBC Telecom pode contratar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, a fim de gerenciar e diminuir os riscos de exposição às possíveis flutuações nas taxas de câmbio. São registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. Em 31 de dezembro de 2012, a controlada CTBC Telecom e suas controladas não possuem operações significativas de derivativos ('Swap').

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela CTBC Telecom e pelas suas controladas para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

A exposição a variações de moeda estrangeira (dólar norte-americano), registrada nas

demonstrações financeiras consolidadas, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
Passivos em moeda estrangeira:		
Fornecedores	1.287	2.610
	<u>1.287</u>	<u>2.610</u>

- Análise de sensibilidade – taxa de juros – Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos, financiamentos e debêntures) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2012, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras no período de 1 ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (%)	6,90	8,63	10,35

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	Aumento do CDI	28.145	35.181	42.217
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário		-	7.036	14.072

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA (%)	5,84	7,30	8,76

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA	Aumento do IPCA	17.601	22.001	26.401
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário		-	4.400	8.800

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP (%)	5,50	6,88	8,25

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	Aumento da TJLP	8.196	10.245	12.293
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário		-	2.049	4.098

- Análise de sensibilidade– Aplicações financeiras

Os cenários de exposição das aplicações financeiras indexadas à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2012, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (%)	6,90	5,18	3,45

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	Redução do CDI	10.282	7.719	5.141
Redução na receita financeira em se confirmando o cenário		-	(2.563)	(5.141)

d. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de erdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos das empresas da CTBC Telecom, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da controlada CTBC Telecom é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da controlada.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Controlada CTBC Telecom, sendo auxiliada pela Auditoria Interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

e. Gestão de capital

A política da controlada CTBC Telecom em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas da controlada CTBC Telecom são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

A Controlada CTBC Telecom e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A controlada CTBC Telecom e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Comitê Diretor da controlada CTBC Telecom vem realizando trabalhos, em conjunto com o departamento de Auditoria Interna, a fim de implementar políticas para que não haja

contratação de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (“*hedge*”) considerados padrão e com riscos conhecidos (“*plain-vanilla*” no termo em inglês). Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Controlada CTBC Telecom.

f. Valores estimados de mercado

A controlada CTBC Telecom utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2012.

Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da CTBC Telecom e de suas controladas e são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

Títulos a receber de partes relacionadas - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (em moeda nacional e estrangeira) - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Instrumentos financeiros derivativos - são mensurados pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado.

Segue abaixo a classificação dos instrumentos financeiros:

		2012			
		Consolidado		Individual	
		Valor	Valor	Valor	Valor
Classificação		contábil	justo	contábil	justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	37.816	37.816	3.848	3.848
Aplicações Financeiras	(a)	149.011	149.011	107.264	107.264
Contas a receber	(b)	318.120	318.120	115.264	115.264
Títulos a receber	(b)	3.655	3.655	4.915	4.915
Passivo					
Fornecedores	(c)	150.054	150.054	54.091	54.091
Empréstimos e financiamentos					
- moeda nacional	(c)	614.792	614.792	394.513	394.513
Debêntures	(c)	306.281	306.281	313.586	313.586

(i) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;

(j) Empréstimos e recebíveis;

(k) Custo amortizado.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período

g. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a controlada CTBC Telecom e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a controlada CTBC Telecom e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“*covenants*”) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

h. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação são apresentados conforme tabela abaixo.

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Consolidado - 2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes	-	37.816	-	37.816
Aplicações financeiras	-	150.587	-	150.587
	-	188.403	-	188.403

	Consolidado - 2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e equivalente	-	27.497	-	27.497
Aplicações financeiras	-	150.756	-	150.756
	-	178.253	-	178.253

	Individual - 2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes	-	3.848	-	3.848
Aplicações financeiras	-	108.840	-	108.840
	-	112.688	-	112.688

	Individual - 2011			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos:				
Caixa e equivalentes		8.454		8.454
Aplicações financeiras	-	87.546	-	87.546
	-	96.000	-	96.000

31 Informações por segmento

(a) TI/Telecom

Segmento representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio (i) telefonia fixa; (ii) internet banda larga; (iii) comunicação de dados; (iv) telefonia celular; (v) provedor de internet; e (vi) TV por assinatura.

Este segmento abrange as operações da Companhia e das controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image, cujo detalhamento das atividades está na Nota 1.

(i) *Relacionamento com o cliente/BPO e TI*

Segmento operacionalizado pela Algar Tecnologia e Synos que atuam na prestação de serviços de *contact center*, BPO (*Business Process Outsourcing*) e soluções em TI.

(ii) *Negócios complementares*

Este segmento inclui a prestação de serviços de construção e manutenção de redes de telecomunicações pela controlada Engeset e serviços gráficos, edição de jornais, listas e guias telefônicos pela controlada Algar Mídia.

A seguir são apresentadas informações por segmento de negócio, correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2012.

(b) Agronegócios

Processamento e comercialização de soja nos mercados interno e externo, tem como produtos-âncora, de fabricação própria, o óleo de soja ABC de Minas, e o farelo de soja RaçaFort. O mix de produtos alimentícios voltado ao varejo também contempla azeite de oliva, óleo composto, extrato e molho de tomate, todos da marca ABC de Minas. Em menor escala, atua nos segmentos de agricultura (plantio de soja e milho), e pecuária (corte e leite).

(c) Turismo

Tem como principal atividade a exploração do parque aquático do complexo turístico-hoteleiro.

(d) Demais negócios

Inclui as seguintes atividades:

- (i) a exploração de serviços de táxi aéreo, bem como o comércio de aeronave e seus componentes;
- (ii) a exploração de prestação de assessoria técnica e logística no ramo de engenharia civil, infra-estrutura de telecomunicações, em sistemas de segurança, serviços de vigilância

patrimonial de instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, e a segurança de pessoas físicas;

(iii) promover o aprimoramento profissional para os associados da Companhia e disseminar o conhecimento para as empresas da cadeia de negócios.

	TI/Telecom	Agro	Turismo	Demais negócios	Eliminações	Consolidado
Ativo	2.185.552	1.609.868	572.233	1.563.048	(1.545.684)	4.385.017
Ativo circulante	591.433	1.096.173	93.867	135.902	(105.894)	1.811.481
Ativo não circulante	1.594.119	513.695	478.366	1.427.146	(1.439.790)	2.573.536
Investimentos	64	27	20.035	1.146.312	(1.153.507)	12.931
Intangível	265.199	7.920	3.817	101.492	(3.253)	375.175
Ativos biológicos	-	10.064	-	273	-	10.337
Imobilizado	1.246.818	473.158	440.070	155.572	(220.047)	2.095.572
Outros ativos não circulantes	82.038	22.525	14.444	23.497	(62.983)	79.522
Passivo e patrimônio líquido	2.185.552	1.609.868	572.233	1.563.048	(1.545.684)	4.385.017
Passivo	1.523.384	1.251.510	376.092	269.660	(303.434)	3.117.211
Passivo circulante	553.493	945.723	108.865	151.693	(112.902)	1.646.872
Passivo não circulante	969.891	305.787	267.227	117.966	(190.532)	1.470.340
Patrimônio líquido	662.168	358.358	196.140	1.293.389	(1.242.249)	1.267.806
Receita bruta	2.338.662	1.744.324	227.976	246.398	(172.591)	4.384.769
(-) Impostos e deduções sobre vendas	(527.210)	(109.907)	(20.266)	(18.091)	10.600	(664.875)
Receita operacional líquida	1.811.452	1.634.416	207.710	228.307	(161.991)	3.719.894
Custos e despesas operacionais	(1.520.744)	(1.339.735)	(164.579)	(212.065)	139.653	(3.097.469)
EBIT	290.708	294.681	43.131	16.242	(22.337)	622.425
Resultado financeiro	(82.366)	(282.392)	(8.616)	(5.587)	4.271	(374.690)
Equivalência patrimonial	-	-	103	157.269	(157.372)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	208.342	12.290	34.618	167.924	(175.438)	247.735
Imposto de renda e contribuição social	(67.344)	(4.559)	(8.500)	(874)	4.436	(76.841)
Resultado líquido	140.998	7.730	26.118	167.050	(171.002)	170.894

32 Cobertura de seguros (Não Auditado)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratarem cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A controlada CTBC Telecom em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, era composta por R\$ 1.216.740 para danos materiais, R\$ 1.595.198 para lucros cessantes, R\$ 5.000 para responsabilidade civil e R\$ 1.773 para *Performance Bond*, consolidado.

A controlada ABC Inco em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais e riscos diversos, era composta por R\$ 669 para danos materiais, divididos em: R\$ 118 para estoque, R\$ 268 para máquinas, móveis e utensílios, R\$ 110 para instalações prediais, R\$ 173 para lucros cessantes e R\$ 95 para veículos.

33 Eventos subsequentes

a. Planejamento societário em controlada

Na data da emissão das presentes demonstrações financeiras, a controlada Engeset estava em processo de planejamento societário com o intuito de transferir para as empresas do segmento de telecom certas atividades inerentes aos negócios das mesmas. A operação, se aprovada, deverá ocorrer no primeiro semestre de 2013 e abrangerá a controlada CTBC Telecom e as controladas indiretas: CTBC Celular, CTBC Multimídia, Image e Algar Tecnologia. Conforme premissas desse planejamento, a controlada Engeset continuará apta para atuar no mercado oferecendo os serviços originalmente previstos no seu objeto social.

b. Plano Geral de Metas de Competição - PGMC

A Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, por meio da Resolução nº 600, de 08 de novembro de 2012, aprovou o Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, instrumento de regulação econômica setorial que prevê ações de aprimoramento do ambiente concorrencial para o setor de telecomunicações brasileiro. A ANATEL elegeu cinco mercados relevantes (rede de acesso, rede de transporte, terminação de chamadas em rede móveis, *roaming* nacional de voz e dados e infraestrutura passiva) e definiu medidas para que entraves concorrenciais percebidos fossem superados, desestimulando práticas anticompetitivas promovidas por operadoras detentoras de poder de mercado significativo.

Esse Plano abrange a controlada CTBC Celular que, principalmente em virtude de redução dos custos de interconexão, formulou planos de negócios bastante competitivos para os serviços de telefonia móvel celular. As ações implementadas até a emissão dessas demonstrações financeiras já resultaram em impactos relevantes no crescimento da base de clientes da controlada e espera-se que os resultados dos próximos exercícios, a partir de janeiro de 2013, terão os reflexos positivos gerados, conforme proposta do PGMC.